



REVISTA

Fenacon

• Contabilidade • Assessoramento
• Perícias • Informações • Pesquisas

EM SERVIÇOS

SISTEMA SESCAP/SESCON

Ano XIII - Ed. 128 - Julho/Agosto 2008

Carga tributária

brasileiro paga uma das maiores no mundo



Entrevista

Mudanças no Simples Nacional podem garantir a criação de nova categoria de empresário, o microempreendedor individual

| José Pimentel

GRAMADO TEM LUGARES
QUE VOCÊ NÃO PODE
DEIXAR DE VISITAR.

AGOSTO

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

August
Agosto

SUNDAY
DOMINGO

24

- VISITAR O MINI-MUNDO

- VISITAR A FÁBRICA DE CHOCOLATE

- VISITAR O STAND DA DOMÍNIO SISTEMAS NO
18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

- JANTAR: FONDUE COM O PESSOAL DO ESCRITÓRIO

A Domínio Sistemas vai estar presente no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, de 24 a 28 de agosto em Gramado/RS, e quer garantir um espaço na sua agenda. Visite o stand da Domínio, e conheça os softwares de uma empresa 100% focada em soluções para o setor contábil.

Diretoria da Fenacon
(Gestão 2007/2010)

Presidente
Valdir Pietrobon

Vice-Presidente Institucional
Antonio Marangon

Vice-Presidente Região Sudeste
Guilherme Bottrel Pereira Tostes

Vice-Presidente Região Sul
Luiz Antonio Martello

Vice-Presidente Região Nordeste
Adelvani Braz da Silva

Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Antonino Ferreira Neves

Vice-Presidente Região Norte
Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor-Administrativo
Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor-Financeiro
Paulo Bento

Diretora de Eventos
Aparecida Terezinha Falcão

Diretor de Tecnologia e Negócios
Carlos Roberto Victorino

Diretor de Assuntos
Legislativos e do Trabalho
Fábio Oliveira Filho

Diretor de Relações Institucionais
Urubatam Augusto Ribeiro

Diretor-Adjunto de Comunicação
Maurício Melo

Suplentes
Laércio José Jacomélli
José Geraldo Lins de Queirós
Pedro Ernesto Fabri
Paulo César Terra
José Weber Oliveira de Carvalho
Auxiliadora Oliveira de Araújo
Celestino Oscar Loro
Irineu Thomé
Ana Lúcia Sales dos Santos
João Carlos de Oliveira

Conselho Fiscal
Efetivos
Patrícia Maria dos Santos Jorge
Flávio Jair Zanchin
Rider Rodrigues Pontes

Suplentes
Valdir Campos Costa
Maciel Breno Schiffler
Gelásio Francener

Representação na CNC
Efetivos
Valdir Pietrobon
Carlos José de Lima Castro

Suplentes
Pedro Coelho Neto
Renato Francisco Toigo

Mudanças necessárias



A merecida diminuição da carga tributária tem sido uma das principais bandeiras levantadas pela Fenacon nos últimos tempos. Todos sabem que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa veio para fazer história, pois transformou-se em um marco do desenvolvimento econômico e social do país.

Ela simplificou e favoreceu os pequenos negócios, tornando mais simples o pagamento de impostos, a obtenção de créditos, o acesso a tecnologia, a exportação, a venda para o governo, a formalização e, por último, mas talvez uma das mais importantes, reduziu a burocracia.

Por essa razão é que a Fenacon tem se empenhado tanto em prol da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 02 de 2007. De acordo com relatoria do projeto, ao se comparar as receitas dos últimos doze meses de vigência do Simples Federal com os primeiros seis meses de vigência do Simples Nacional, nota-se que não houve sequer um décimo de perda de arrecadação do Governo Federal. Falava-se que o Governo teria uma perda de arrecadação na ordem de R\$ 5 bilhões com a implantação dessa legislação. Considerando a diferença de receitas federais a preços correntes, isso correspondeu a apenas R\$ 725 milhões.

Um dos principais ganhos com a aprovação do PLP 02/2007 é fazer com que o anexo V da Lei Geral seja extinto. Com isso, os escritórios de serviços contábeis, assim como outras categorias, serão incluídas no anexo III, o que vai ocasionar significativa redução da carga tributária. Uma vez aprovada essa legislação também permitirá que outras classes, que não integram o Simples Nacional, também sejam inclusas, como por exemplo, o microempreendedor individual.

Com esse projeto transformando-se em lei serão resolvidos os problemas relacionados à cobrança antecipada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na fronteira e ao crédito presumido, que vêm tirando competitividade das micro e pequenas empresas. Com isso, haverá a redução de impostos em todas as tabelas de tributação e o reenquadramento de atividades econômicas em tabelas mais vantajosas para aumentar a competitividade.

O sistema tributário nacional precisa de muitas mudanças, pois o brasileiro nunca pagou tanto imposto como nos últimos anos. Porém, com a aprovação desse projeto, vejo o início para tornarmos a carga de impostos no país mais justa e menos onerosa às micro e pequenas empresas e, conseqüentemente, a toda a sociedade.

Valdir Pietrobon
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br



Carga tributária

Brasileiro paga cerca de 40% de impostos em produtos comercializados, uma das maiores médias mundiais

20

Entrevista

José Pimentel



Ministro da Previdência prevê a criação de nova categoria no Simples Nacional, o microempreendedor individual

12

Especial

Legislação brasileira oferece benefícios fiscais para quem preserva o meio ambiente

8

Serviços

Pesquisa aponta aumento de empregos formais em micro e pequenas empresas

15

OPINIÃO

Fernando Quércia
A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas **6**

GESTÃO

Influência e bom relacionamento identificam o líder em uma organização **18**

TRIBUTOS

Simples Nacional completa um ano na expectativa de mais mudanças **24**

ARTIGO

Eduardo Manoel Lemos
Sociedade de Propósito Específico **26**

EVENTOS

Setor contábil brasileiro será divulgado em congressos **28**

AC FENACON

Autoridade Certificadora vai comercializar o e-CPF Simples, lançado recentemente no mercado **29**

SEÇÕES

Cartas **5**
 Fenacon **32**
 Regionais **34**
 Etiqueta Empresarial **40**
 Livros **41**
 Charge **41**

Editorial

Prezado Valdir, Parabéns pela seriedade e comprometimento que preside a Fenacon. Não há que se falar em novos paradigmas, pois demonstramos a realidade sempre na atual situação. Se há alguém ou entidade que deve mudar o discurso são aqueles que tem convencido - pelo poder de mando - os legisladores brasileiros, sob o discurso: "Os empresários da área contábil devem ser punidos por serem os orientadores e estimuladores da sociedade à sonegação".

Saudações

Valmir Frizzarin

Diretor Americanense Contabilidade Ltda.
Sescon-Campinas-SP

Entrevista

Achei muito interessante a entrevista com o Sr. Abram Szajman intitulada *O crescimento do Brasil, depende de reformas*. É notável que o desemprego é preocupante, mas também não podemos deixar de dizer que o mercado de trabalho tem a deficiência de não ter profissionais qualificados. Com uma carga tributária tão alta, é inviável o investimento das empresas para a geração de empregos. O governo só atende aos interesses dele.

Amanda dos Santos

Rio de Janeiro – RJ

PLP 02 – I

Parabéns pela iniciativa de lutar pela inclusão da classe contábil na tabela III. Somente pressionando os parlamentares e o governo nossa categoria terá o reconhecimento de sua importância.

Carlos Alberto Tonelli Sobrinho

PLP 02 – II

Quero parabenizar o trabalho do presidente da Fenacon para aprovação do projeto de inclusão das empresas contábeis no anexo III da tabela do Supersimples. Precisamos de entidades fortes, que representem e mostrem para os governantes e diretores de órgãos como Receita Federal, Sebrae e outros a importância do profissional contábil para o desenvolvimento do país. Principalmente porque somos nós que executamos toda a legislação que rege Executivo, Legislativo e Judiciário. Continuem assim, elevando nossa profissão e mostrando a nossa representatividade.

Ronaldo Dias Oliveira Brasil

Price Contábil Araguaína – TO.

Novas tecnologias

A informática veio para nos auxiliar, e como! Porém, sempre me pergunto, por que temos de fornecer algumas informações *on line*? Acredito que seja muito mais prático baixar o programa, fazer o que tiver de fazer e transmitir. Muitos erros poderiam ser evitados e muitas retificações deixariam de ser feitas.

Gilberto Alves de Almeida

Contador – São Paulo

Este espaço está reservado para publicação de cartas dos leitores, que poderão ser enviadas para o endereço da Fenacon em Brasília, ou pelo e-mail comunica@fenacon.org.br.

Comentários, sugestões de pauta e críticas serão bem-vindos, mas a redação se reserva o direito de resumir as correspondências, para efeito de adequação ao espaço, mantendo, porém, a fidelidade ao texto.

Escrevam para a Revista Fenacon em Serviços e transmitam sua opinião.



Ano XIII - Ed. 128 - Julho/Agosto

EXPEDIENTE

A **Revista Fenacon em Serviços** é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Conselho Editorial: Diretoria-Executiva **Jornalista Responsável:** Vanessa Resende - DF2966/03DRT **Redação:** Natasha Echavarría **Revisão:** Joíra Furquim **Anúncios:** Pedro A. de Jesus - Tel.: (11) 9137-7639 - pedrojesus@fenacon.org.br **Projeto Gráfico, Capa, Diagramação e Arte:** Edimar T. Sousa (62) 8401-5003 **Impressão e Acabamento:** Pro! Editora Gráfica **Auditoria de Circulação:** Premium Consultoria Contábil Ltda. **Tiragem:** 50 mil exemplares. A **Revista Fenacon em Serviços** não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados. Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco F, lote 12, salas 904 a 912 - Edifício Via Capital - CEP 70040-020 - Brasília-DF - Telefax: (61) 3429-8400

Home page: www.fenacon.org.br - **E-mail:** fenacon@fenacon.org.br

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Fernando Quércia

Já é fato: 6,5 milhões das pequenas e microempresas existentes no País passaram a ter maior competitividade nas compras públicas, após a entrada em vigor da Lei Geral. Essas empresas começam agora a ocupar o espaço aberto pela norma. De acordo com um levantamento do Ministério do Planejamento, as micro e pequenas venderam 25% de tudo o que o governo federal comprou no ano passado, 8% a mais do que o registrado em 2006*.

Segundo o Ministério do Planejamento, a maior participação dos pequenos empreendimentos nas compras públicas ocorre em razão das vantagens competitivas trazidas pela Lei Geral, como a exclusividade nos contratos que envolvam até R\$80 mil e o maior prazo para a apresentação dos documentos exigidos. Embora a lei seja válida desde 2006, a norma que regulamentou as compras – o Decreto nº 6.204 – só entrou em vigor em setembro de 2007. Além disso, a lei, somada ao pregão eletrônico, efetivamente ajudou a descomplicar os processos para que as pequenas empresas pudessem efetivamente buscar maior participação no mercado.

A Lei nº 123/06 apresenta várias vantagens competitivas às pequenas empresas para que estas participem dos certames licitatórios, entre elas a possibilidade de dilação de prazo para negociação de dívidas tributárias mesmo após a realização da licitação – vantagem que é crucial no momento da licitação.



As leis não nascem sempre perfeitas e, por isso, existem mecanismos para aprimorá-las. Esperamos que isso aconteça

Foto: Divulgação

É um privilégio dado às pequenas empresas, que, no decorrer do processo licitatório, têm o poder de apresentar a última proposta, garantida a elas a vitória no certame, desde que vislumbrados todos os requisitos propostos nos artigos.

O princípio básico para ser enquadrada como empresa de pequeno porte é que o faturamento anual não ultrapasse R\$2,4 milhões. E, além das vantagens citadas, fica claro que o regime tributário simplificado é sem dúvida o que garante o sucesso das empresas nele inseridas.

Todos esses fundamentos explanados têm a intenção de mostrar que foram criadas ferramentas que visam a favorecer um tipo de empresa que, sem dúvida, hoje é a grande empregadora do país, responsável por 52% dos empregos formais (Sebrae). Porém, isso também criou uma zona nebulosa por onde hoje perambulam os espertalhões, sempre atentos aos deslizes e brechas legais.

A Lei nº 123/06 cria situações em que a empresa, caso ultrapasse os valores de faturamento, perde a sua condição legal de estar enquadrada no regime tributário especial criado por ela. E vai mais longe ao trazer efeitos retroativos (fiscais) para alguns casos de “desenquadramento”. O efeito prático é meramente tributário, ou seja, a empresa, seja no ano-calendário seguinte, seja em efeitos retroativos em caso de exclusão, fica obrigada a voltar ao regime de tributação tido como o usual para seu tipo de atividade. Mas

não se criou na legislação qualquer penalidade aos contratos adquiridos nos certames licitatórios em que o empresário utilizou as benesses previstas na lei ao sair vencedor. Não existe restrição, inclusive, para que empresas enquadradas como de pequeno porte participem dos certames licitatórios, mesmo que estes digam respeito a contratos que, somados ou não, ultrapassem o faturamento anual permitido.

Concluindo: uma empresa de pequeno porte poderá, no seu primeiro ano de vida, entrar em incontáveis licitações e pregões, com valores que certamente a farão ultrapassar, já no primeiro ano, o faturamento permitido; poderá utilizar as vantagens inerentes a sua participação na licitação como empresa de pequeno porte para vencer e, como pena, mesmo agindo com dolo, terá de, posteriormente, voltar a recolher os tributos na forma usual para o seu tipo de atividade, sem prejuízo nenhum em relação

ao contrato e à forma como venceu a licitação.

Ou seja, ainda que involuntariamente, a lei criou possibilidades concretas de se alquebrar princípios básicos dos atos administrativos dando inclusive respaldo legal e concreto para isso – o que certamente traz efeitos devastadores às empresas que não estão incluídas no regime da Lei nº 123/06 quando da concorrência nas licitações e pregões. Mais do que incentivar a empresa de pequeno porte, a nova lei cria aos poucos a máxima de que errado é crescer, é tornar-se empresa grande.

As leis não nascem sempre perfeitas e, por isso, existem mecanismos para aprimorá-las. Esperamos que isso aconteça, pois a lei no seu caráter geral é boa e bem vinda, porém não pode criar distorções que transformem os processos licitatórios em oportunidades de se manchar a lei de mercado da livre e sadia concorrência. ■

*Fonte: Texto de Alessandro Cristo "Micros têm maior participação em licitações de 2007"

Fernando Quércia é advogado Tributarista e de Direito Ambiental, conselheiro do CNDA – Conselho Nacional de Defesa do Ambiente. Pós-Graduado em Direito Penal e Direito Tributário.

Software de confiança: Integratto

“Com o Integratto, minha empresa em seis meses se mostrou mais produtiva. O software é rápido, eficaz e fácil de operar.”

Adalberto Fernandes
Gerente Financeiro
Laboratório Amaral da Costa



ÉPOCA
Uma das Melhores
para Trabalhar



INFORMÁTICA HOJE
Uma das Melhores do
Setor de Aplicativos



COMPUTERWORLD
Uma das Melhores
para Trabalhar em TI



VALOR ECONÔMICO
Uma das Melhores
na Gestão de Pessoas



10
MELHORES EMPRESAS
PARA VOCÊ TRABALHAR
MELHORES EMPRESAS
PARA A MULHER TRABALHAR
Guia Vível S/A - Exame 2008



1ª empresa do segmento
a conquistar a certificação



CONTABILIDADE

Acesso a exercícios anteriores.
Segunda moeda.
Plano de contas contábil e gerencial.
Gráfico de orçado/realizado.
Controle de **Patrimônio**.
DOAR/LALUR.

ESCRITA FISCAL

DCTF mensal e semestral,
DIRF, DIPJ, SINCO, DNF, PER/DCOMP,
SCANC, SINTEGRA, GA's, DECLAN,
GSS-On-line, ISS Digital, ISS NET.
Lançamentos fiscais de ajustes, incluindo
entrada de NF Eletrônica

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Controle de **Protocolo**.
Cobrança de **Honorários**
e outros serviços.
Controle bancário.
Contas a pagar e receber.

FOLHA DE PAGAMENTO

Controle total de DP.
Módulos de **Ponto** e **PPP** incluídos.
Rápida inserção de folhas anteriores.

Condições especiais
para contadores



RJ - (21) 2213-9310 SP - (11) 3266-2366 MG - (31) 3273-3527 ES - (27) 3032-5081
BA - (71) 3342-6120 PE - (81) 3088-7029 PA - (91) 3088-1338 AM - (92) 3088-2566 Outros: 0800 217070

Medidas fiscais para preservação do meio

Legislação brasileira estabelece benefícios fiscais que funcionam como instrumento de garantia à proteção do meio ambiente. Além de reduzir custos, empresas podem se destacar na preservação do planeta

Da Redação



Foto: Divulgação

Com o atual desenvolvimento do mundo não é rara a preocupação com a exploração dos recursos naturais. Preservar o meio ambiente, evitar a degradação, aquecimento global e corrigir os desperdícios já é de conhecimento de todos. O que alguns brasileiros não sabem é que, além da importância para o planeta, os cuidados com a natureza podem render benefícios fiscais.

Para o advogado e consultor ambiental, Valmir Bezerra de Brito, além dos benefícios fiscais, as empresas podem ganhar com o destaque institucional em marketing ambiental e, ainda, ter visibilidade na mídia por contribuir em causas ambientais e ecológicas.

O uso de tributos para se obter ganhos ambientais já é bastante difundido nos países desenvolvidos, principalmente na Europa. A Alemanha, por exemplo, reduziu os impostos de turbinas eólicas e painéis solares para alcançar a sua meta de 20% de energias renováveis até 2010.

Aqui no Brasil, aqueles que optarem por condutas voltadas à conservação do meio ambiente saudável e condizentes com a ecologia poderão desfrutar dos incentivos fiscais proporcionados pela legislação.

Para amenizar a alta carga tributária brasileira, a Lei 5.106/66 prevê que pessoas físicas e jurídicas podem abater em suas declarações de Imposto de Renda (IR) o que for empregado em reflorestamento ou florestamento.

Já no caso do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o Decreto Federal 755/93 estabelece alíquotas diferenciadas para veículos movidos a gasolina e álcool. Cobranças diferentes também podem ser verificadas nas transações comerciais de importa-

ção e exportação de produtos ambientalmente recomendados.

Nos estados há incentivos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para fabricação de veículos menos poluidores. Um exemplo é o estado do Rio de Janeiro, que por meio da Lei 948/85, permite descontos diferentes no IPVA para carros a gasolina e a álcool, e mais recentemente, o desconto de 75% no imposto para os carros movidos a gás natural.

Dentre as legislações referentes ao IPVA existe ainda incentivo ao uso de veículos elétricos. De acordo com a Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), sete estados brasileiros (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe) isentam da alíquota os proprietários de essa categoria de veículo. Três estabelecem alíquotas reduzidas (Mato Grosso do Sul - redução de até 70% do IPVA -, Rio de Janeiro - 1%, que corresponde a 75% de redução em relação aos automóveis a gasolina - e São Paulo - 3%, que corresponde a 25% de redução em relação aos automóveis a gasolina).

Na preservação do meio ambiente, 75% da arrecadação de ICMS é destinada aos estados para a sua manutenção e investimento e 25% distribuído aos

Além dos benefícios fiscais, as empresas podem ganhar com o destaque institucional em marketing ambiental

municípios que incentivam a preservação ambiental, o chamado "ICMS Ecológico". De acordo com um estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ecológico é o melhor exemplo de uma política integrada da área econômica e ambiental. Hoje, essa prática já é adotada por 10 unidades da federação, incluindo São Paulo e Paraná.

Saiba Mais...

O surgimento do ICMS Ecológico se deu no Paraná no ano de 1990, em sua Constituição Estadual, artigo 132, sendo, posteriormente, regulado pela Lei Complementar 59/91. Nessa lei complementar, era dito que 5% do total destinado aos municípios seriam repassados àqueles com unidades de conservação e com mananciais de abastecimento.

Agora seu negócio vai decolar.

Aumente seus lucros.
Ofereça a seus clientes
a qualidade e a força dos
softwares para gestão
da **Viasoft**.



Seja um franqueado Viasoft.

Saiba mais. Acesse:
www.viasoft.com.br

46 2101.7777

Viasoft[®]
.com.br

Alguns estados brasileiros podem oferecer desconto de até 70% no IPVA para quem possui veículo elétrico

Imposto de Renda Ecológico

Outra lei de incentivo fiscal que está sendo preparada pelo governo federal é o chamado Imposto de Renda Ecológico (Projeto de Lei 5974/05, do Senado). O projeto possibilita que pessoas físicas e jurídicas descontem parte das doações destinadas a projetos voltados à conservação dos recursos naturais.

A proposta permitiria, ainda, conceder isenção fiscal àqueles que doassem recursos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Assim como na Lei Rouanet do Ministério da Cultura, o empreendedor poderá escolher a ONG ou o projeto ambiental que gostaria de apoiar.

De acordo com o texto, as pessoas físicas poderão deduzir até 80% das doações e 60% dos patrocínios a entidades sem fins lucrativos ou de fins não econômicos em favor de projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a recuperação de áreas degradadas, ou a financiar a redução da emissão de gases do efeito estufa. Para as pessoas jurídicas, os percentuais são de 40% e 30%, respectivamente. A dedução não poderá ser superior a 4% do Imposto de Renda devido.

A proposta não estende o incentivo a empresas tributadas com base nos regimes de lucro presumido ou arbitrado - somente nos regimes de lucro real -, nem às pessoas físicas que optam pelo formulário simplificado na declaração de Imposto de Renda (IR).

Para o presidente do Conselho Diretor do WWF-Brasil, Álvaro de

Souza, criar o IR Ecológico seria uma ação inovadora nas leis de incentivo fiscal no Brasil. Uma lei essencial para ampliar ações de conservação da biodiversidade brasileira.

Os incentivos em defesa da natureza também são estendidos aos imóveis. Nos municípios, descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) são progressivos, de acordo com a função social da propriedade.

Nos municípios há ainda o Imposto Sobre Serviços e as diversas formas de se estimular as empreitadas na área ambiental com a redução de ônus e a concessão de incentivos. O mesmo pode ser feito com as taxas e contribuições de melhoria, dependendo da atividade a ser tributada.

No entanto, Brito alerta que assim como exis-

tem medidas fiscais que beneficiam quem preserva o meio ambiente, há medidas que punem quem degrada a natureza. “Quem destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural sem autorização do órgão competente está sujeito a multa prevista é de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil por hectare ou fração”, exemplificou.

O consultor destaca, ainda, que causar poluição de qualquer natureza que prejudique à saúde humana, ou que provoque mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade resulta multa também de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões. ■

A

APPROVAÇÃO

DO PLP 02/07

É ESSENCIAL PARA AS

**MICRO E
PEQUENAS**

EMPRESAS

www.fenacon.org.br



FENACON
SISTEMA SESCAP/SESCON

Apoio:



**Conselho Federal
de Contabilidade**

“A Lei Geral trouxe avanços significativos”

Ministro da Previdência, José Pimentel, assegura que continuará a trabalhar fortemente pela aprovação das novas mudanças no Simples Nacional, como a criação do microempreendedor individual

José Pimentel, 55 anos, é advogado e começou sua vida profissional como bancário. Está em seu quarto mandato como deputado federal e se tornou uma das principais referências no Congresso Nacional em assuntos ligados às áreas previdenciárias e tributárias.

Foi relator da Reforma da Previdência – Emendas Constitucionais nº 41, de 2003, e nº 47, de 2005. Também relatou o Orçamento Geral da União para o exercício 2008. E é autor da Lei Complementar nº 127/07, que modifica e aperfeiçoa a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Foi presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional em 2007 e 2008.

Agora como Ministro da Previdência, José Pimentel faz um balanço do sistema previdenciário no País e afirma que continuará a lutar pelas Micro e Pequenas Empresas (MPEs). “Atualmente estamos realizando novas mudanças para melhorar ainda mais o sistema e permitir a formalização de novos setores”, avalia.

Revista Fenacon em Serviços – O senhor aceitou o desafio de assumir um ministério cujo déficit atingiu R\$ 2,7 milhões em abril deste ano. Quais seriam as soluções para diminuir esse déficit?

José Pimentel – Na verdade o déficit da Previdência vem caindo sistematicamente. Para se ter uma idéia, em junho ele diminuiu 21,2% em relação ao mesmo mês de 2007. Acredito que, até 2010, o regime de contribuição urbano estará no azul. Uma das razões para isso é que a arrecadação vem melhorando acima do aumento das despesas, fruto do crescimento econômico registrado nos últimos anos. Isso tem levado à formalização do mercado de trabalho e conseqüentemente à elevação do nível de emprego, com impactos positivos na Previdência Social. Outras razões são a



Foto: Divulgação

melhoria de gestão nas contas da Previdência e a maior eficiência na fiscalização feita pela Receita Previdenciária. A Previdência Social vem acompanhando todas as mudanças demográficas e sociais que ocorrem no País com o olhar para 2050. É um planejamento de médio e longo prazos, que leva em conta as necessidades das futuras gerações.

RFS – Em 2003 existiam 28 milhões de contribuintes na Previdência. Hoje esse número chega a 37 milhões. Quais foram os principais fatores que fizeram esse número aumentar?

JP – Além dos fatores econômicos mencionados acima, podemos destacar as medidas de gestão. E elas são visíveis para todos os usuários do INSS, como a melhoria do atendimento nas Agências da Previdência Social. Desde o início do governo Lula, estamos readequando e reformando essas agências, renovando nosso parque tecnológico, inclusive a Dataprev, capacitando servidores e reduzindo o tempo de agendamento e de atendimento aos segurados, por meio da Central 135. Com essas providências, as filas acabaram. Queremos melhorar ainda mais, para prestar um atendimento de excelência aos nossos segurados. Por isso, estamos tomando algumas medidas que envolvem a participação do Congresso Nacional. Queremos o reconhecimento automático do direito dos segurados, por meio da ampliação e validação das informações existentes no Cadastro de Informações Sociais (CNIS). Isso nos dará segurança para homologar o benefício no ato da sua solicitação. Estamos perto de promover essa revolução.

RFS – O senhor foi o relator da Reforma da Previdência, aprovada em 2003. Desde então quais foram os principais avanços? O que deve ser feito para melhorar a gestão da Previdência?

JP – Melhorou muito com o trabalho dos gestores que me antecederam e com o empenho dos nossos servidores. Já falei que a implantação do sistema de agendamento eletrônico pelo telefone 135 possibilitou o fim daquelas filas. Eram filas vergonhosas, em que o segurado marcava seu posicionamento pelo número de postes, dizendo que estava no poste oito, sete, seis e, assim, sucessivamente. A Previdência se modernizou nos últimos anos e os horários podem ser agendados pelo telefone ou pela internet, sem atropelos, sem correria e de uma forma digna para todos. As perícias médicas chegam a ocorrer em até cinco dias após o agendamento. Outro objetivo nosso é a inclusão social. É aí que entram as modificações na lei para que o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) possa ser utilizado para fins de concessão de benefícios. Assim, o segurado não precisará apresentar um saco de documentos para comprovar os seus direitos. Ao chegar à agência do INSS, terá

A Previdência Social vem acompanhando todas as mudanças demográficas e sociais que ocorrem no país

todo o seu histórico validado e certificado no sistema. Ele será suficiente para a concessão imediata do benefício. O presidente Lula já autorizou a medida e devemos encaminhar o projeto de lei ao Congresso agora em agosto. O nosso objetivo é implantar a nova sistemática para as aposentadorias por idade a partir de janeiro de 2009. O restante seguirá um cronograma de implantação de modo que seja possível conceder o benefício já no ato do pedido. Minha idéia é avançar o máximo na modernização e, para isso, estamos investindo muito na Dataprev, que é nossa agência de Tecnologia da Informação.

RFS – Tramita no Congresso Nacional a proposta de criação do microempreendedor individual. Como vai funcionar essa nova categoria empresarial?

JP – Quando o Congresso Nacional aprovar as modificações no Simples Nacional teremos um potencial de inclusão de até quatro milhões de novos contribuintes. A proposta é criar uma faixa ainda mais simplificada para o microempreendedor individual – o feirante, o cabeleireiro, o borracheiro, o sacoleiro, o doceiro e outros segmentos dos pequenos negócios. Nosso objetivo é tirar todos esses empreendedores da informalidade. Eles ficarão isentos dos impostos federais, pagarão uma contribuição simbólica para o ICMS/ISS e apenas 11% do salário mínimo para a Previdência Social. Outra vantagem é que não lhes será exigida contabilidade. Com a formalização, o microempreendedor terá maior tranquilidade para realizar seus negócios, sem correr riscos tributários ou fiscais. Receberão notas fiscais das mercadorias adquiridas e emitirão notas fiscais. A mensagem é a seguinte: com a grande renúncia fiscal para esse segmento, a sociedade está dizendo que é bom ser legal. A Previdência Social quer esses brasileiros e essas brasileiras na sua rede de proteção para dar mais segurança não apenas a eles, mas, também, a seus dependentes.

RFS – O senhor foi presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e trabalhou bastante em defesa desse segmento. Agora, como ministro da Previdência, de que maneira o senhor pretende continuar a defender os interesses dos pequenos e microempresários brasileiros?

JP – Eu tive o prazer de coordenar a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, no Congresso

Com a formalização, o microempreendedor terá maior tranquilidade para realizar seus negócios

Nacional, até a minha posse no Ministério da Previdência Social, no dia 11 de junho. Mesmo perdendo, naturalmente, a condição de presidente da frente, continuo e sempre serei um grande apoiador dessas propostas que têm servido ao Brasil e à sociedade, em face do estímulo ao crescimento econômico, à formalização e à geração de empregos. Estou trabalhando fortemente para a aprovação das novas mudanças no Simples Nacional que vão permitir a criação do microempreendedor individual (MEI), dentre outros benefícios. Já me reuni com o Sebrae, com lideranças da Câmara dos Deputados e com o atual presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empre-



Foto: Divulgação

sa, deputado Cláudio Vignatti. Tenho hoje um motivo ainda mais forte para apoiar as mudanças. É que o MEI possibilita a formalização com a inclusão de até quatro milhões de pequenos empreendedores que passarão a contribuir com 11% para a Previdência Social. E isso significa aumentar a nossa rede de proteção social, o que está dentro das minhas prioridades de gestão.

RFS – O senhor foi um dos parlamentares que mais se empenhou pela aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada em 2006. Qual a avaliação que faz dessa legislação? Quais os avanços conquistados?

JP – Lei Geral trouxe avanços significativos para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), em relação a

mecanismos de incentivos. Gostaria de lembrar que, em junho do ano passado, existiam 1.033.000 empresas no Simples Federal. Em menos de um ano de vigência do Simples Nacional, já eram mais de 3.020.000 empreendimentos comerciais, industriais e de serviços confirmados no sistema. Temos ainda 570 mil empresas que optaram pelo Simples Nacional, mas que tiveram seus pedidos indeferidos por algum motivo, a maioria pela falta de comprovação regular do endereço de sua sede. Conseguimos, em um ano, ultrapassar a meta de adesão. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa começou a vigorar em dezembro de 2006 e, já em agosto de 2007, aprovamos um aprimoramento do seu texto com a Lei Complementar nº 127, incluindo todas as empresas que já estavam no Simples Federal. Atualmente estamos realizando novas mudanças para melhorar ainda mais o sistema e permitir a formalização de novos setores. Também realizamos a Caravana do Simples Nacional que percorreu todas as regiões do País, esclarecendo os pequenos e microempresários, os parlamentares e as autoridades governamentais sobre as mudanças que seriam introduzidas com o Simples Nacional.

RFS – À Frente da presidência da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa o senhor lutou pelo fortalecimento dessas empresas. Presidida hoje pelo deputado Vignatti, qual deve ser a linha de atuação da frente para continuar esse processo?

JP – A Frente Parlamentar está em boas mãos. O deputado Vignatti tem um perfil adequado para a tarefa e tenho certeza que ele atuará no sentido de fortalecer as micro e pequenas empresas na Câmara dos Deputados. Ele conhece bem o setor e, além disso, foi relator do Plano Plurianual no mesmo período em que fui relator do Orçamento da União. Tenho certeza que não haverá solução de continuidade neste processo e ambos estaremos defendendo, cada um no seu campo, as micro e pequenas empresas.

RFS – Como o senhor avalia o papel desempenhado pela Fenacon na luta pelos interesses das pequenas e microempresas do país?

JP – A Fenacon lidera o setor de serviços contábeis. É uma federação fundamental na defesa dos interesses das micro e pequenas empresas, não somente no Legislativo, mas também perante a sociedade. A entidade foi bastante atuante no processo de discussão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e do Simples Nacional, oferecendo sugestões e propostas para que o Parlamento aperfeiçoasse o texto. Desejo que a Fenacon continue neste caminho, sempre propositiva. E ajudando o País a caminhar para a frente, fortalecendo cada vez mais as micro e pequenas empresas. ■

Pesquisa traça perfil das MPEs no Brasil

Estudo do Sebrae e do Dieese aponta que as micro e pequenas empresas empregam 13,2 milhões de profissionais. Os setores de comércio e serviços representam 84% dos estabelecimentos formais existentes

Por Vanessa Resende

O grau de escolaridade e o número de empregados e de estabelecimentos formais aumentaram no segmento de micro e pequenas empresas, no período de 2002 a 2006. Essas e outras análises fazem parte do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2008, encomendado pelo Sebrae ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O resultado é uma compilação de várias bases de dados que traz informações do mercado de trabalho no período de 2002 a 2006.

Esse é o primeiro estudo voltado para o universo das micro e pequenas empresas, com foco em três vertentes do mercado de trabalho: empregado (mão-de-obra), massa salarial e estabelecimento (número de empresas). Foram cruzados dados de 5.916.369 empregados de microempresas e 6.699.291 de empregados de pequenas empresas.

A pesquisa reuniu, ainda, informações de 6.073.056, pequenas, médias, grandes e microempresas formais. Porém, do total de empreendimentos, só 2.241.071 declararam ter empregados. Dessas, 2.184.934 (97,5%) são micro e pequenas. As médias e grandes empresas somam 56.137, ou seja, apenas 2,5% do total. Além disso, das empresas geradoras de empregos, 66% estão em municípios do interior. Entre as vagas das pequenas e microempresas, 64% estão fora dos grandes centros: cerca de 8,5 milhões de empregos.

As micro e pequenas empresas totalizaram, em 2006, 2,2 milhões de estabelecimentos com empregados e respondem por 13,2 milhões dos postos de trabalho formal no país. Analisando esses dados, no período de 2002 a 2006, esse mesmo público foi responsável por 43% dos 5,3 milhões de postos de trabalho formal gerados no Brasil.

Do ponto de vista setorial, as pequenas e microempresas dos setores de comércio e de serviços representaram 84% do universo de estabelecimentos formais brasileiros, totalizando mais de 1,8 milhão de estabelecimentos em 2006. De acordo com o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, nesta segunda edição houve algumas inovações na metodologia do

Número de estabelecimentos com e sem empregados, por setor de atividade - Brasil e Grandes Regiões 2006

Brasil e Grandes Regiões	COMÉRCIO			SERVIÇOS		
	Com empregados	Sem empregados	Total	Com empregados	Sem empregados	Total
Norte	38.846	72.660	111.506	25.559	47.138	72.697
Nordeste	163.243	331.259	494.502	119.360	226.703	346.063
Sudeste	501.508	858.363	1.359.871	482.928	861.304	1.344.232
Sul	216.757	439.948	656.705	184.051	361.578	545.629
Centro-Oeste	79.851	131.161	211.012	64.712	95.694	160.406
BRASIL	1.000.205	1.833.391	2.833.596	876.610	1.592.417	2.469.027
	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO		
	Com empregados	Sem empregados	Total	Com empregados	Sem empregados	Total
Norte	8.756	11.005	19.761	3.393	4.482	7.875
Nordeste	35.140	42.870	78.010	12.406	14.509	26.915
Sudeste	143.785	151.420	295.205	37.886	39.974	77.860
Sul	82.120	92.393	174.513	16.964	21.964	38.928
Centro-Oeste	18.158	22.444	40.602	5.648	5.116	10.764
BRASIL	287.959	320.132	608.091	76.297	86.045	162.342

Fonte: MTE. Rais - Elaboração: DIEESE

anuário. “O atual estudo traz novas informações, como dados metropolitanos e do Distrito Federal – baseados na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – a distribuição de empresas e empregados por setores de atividade e localidade. Também foram feitas a atualização e o aprimoramento das bases de dados da Rais”, disse.

Mulheres no mercado de trabalho

As mulheres brasileiras têm conquistado gradativamente seu espaço no mercado de trabalho formal em quatro setores da economia: comércio, serviços, indústria e construção.

O crescimento mais significativo da participação feminina na microempresa, em termos setoriais, assim como nos últimos sete anos – período da última pesquisa – ocorreu na indústria, passando de 31% para 32,9%. Em seguida, veio o comércio, que passou de 41,5%, para 43,1%.

O setor de serviços teve um crescimento de 48,1% para 49,3%. Como nos anos anteriores, a construção é o único setor em que a mulher apresenta decréscimo, de 0,5%. No entanto, são essas poucas mulheres (6,6%) presentes nesse setor que recebem os maiores salários. Em 2006, elas recebiam, em média, 12,5% a mais que os homens.

Por outro lado, o homem vem tendo queda contínua de participação em todos os setores. No comércio, houve queda de 58,5%, em 2002, para 56,9%, em 2006. Assim como no setor de serviços, 51,9% para 50,7%, e na indústria, de 69% para 67,1%. O setor da construção foi o único que registrou leve crescimento, de 92% para 92,5%.

Também na pequena empresa, o emprego feminino cresceu mais que o masculino, com participação de 36,1% para 37,4% entre 2002 e 2006. O segmento do comércio foi o que apresentou maior ampliação da participação feminina, 1,9 ponto percentual, tendo passado de 36,2% para 38,1%.

Com relação ao gênero, o estudo revela que, na microempresa, embora o homem seja predominante na maior parte das vagas de trabalho nos quatro setores econômicos, é a mulher que vem ganhando gradativamente espaço no mercado de trabalho. Entre 2001 e 2005, houve um crescimento de 23,5% no total de emprego para mulheres, contra 16,0% dos homens. Em 2001 o emprego feminino passou de 1.958.732 milhão para 2.419.933 milhões em 2005. Já o número de homens passou de 3.012.211 milhões para 3.494.164 milhões.

O crescimento mais significativo ocorreu no comércio, com taxas de 31% e 23%, seguido do setor industrial, com 20% e 13%, e de serviços, com 19% e 13%, respectivamente para mulheres e homens. Na construção, o emprego feminino apresenta decréscimo de 6%, contra o diminuto crescimento de 2% no emprego masculino, no período.

Na pequena empresa, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho também superou o dos homens, com taxas de 28,7% e 20,5%, respectivamente, entre 2001 e 2005. O segmento de comércio também foi o que apresentou o crescimento mais significativo, com ampliação de 42% na taxa feminina e de 31% na masculina. Nos demais setores, repete-se basicamente o mesmo crescimento das microempresas.

Rendimentos

A distribuição da massa salarial entre os setores analisados não se altera significativamente ao longo dos anos. Em 2005, no comércio, as pequenas e microempresas concentravam 66,7% da massa total de remuneração do setor, o que se explica pela grande concentração do emprego setorial nos estabelecimentos desse porte. O comércio vem seguido pela construção civil, com 45,7% da massa de remuneração setorial, serviços, com 32,9% e indústria, 29,6%.

Em 2005, a remuneração média na microempresa do setor da construção civil era de R\$ 675, seguido do setor de serviços, com R\$ 668, indústria, R\$ 663 e comércio com R\$ 537. Já na pequena empresa, os salários se mantinham um pouco mais elevados, sendo no setor de serviços, a remuneração de

Distribuição dos empregados por sexo, segundo porte do estabelecimento e setor de atividade - Brasil 2006 (em %)

Setor	Sexo	Micro e Pequena			Média	Grande	Total	
		Micro	Pequena	Total			%	Nº absoluto
Comércio	Masculino	56,9	61,9	59,2	63,8	63,7	60,3	3.819.745
	Feminino	43,1	38,1	40,8	36,2	36,3	39,7	2.510.596
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6.330.341
Serviços	Masculino	50,7	53,8	52,4	59,0	57,2	55,4	6.218.825
	Feminino	49,3	46,2	47,6	41,0	42,8	44,6	5.011.056
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11.229.881
Indústria	Masculino	67,1	69,3	68,4	73,3	76,7	72,2	5.142.490
	Feminino	32,9	30,7	31,6	26,7	23,3	27,8	1.980.046
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7.122.536
Construção	Masculino	92,5	94,1	93,4	93,8	90,1	92,9	1.294.415
	Feminino	7,5	5,9	6,6	6,2	9,9	7,1	99.031
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1.393.446
Total	Masculino	58,7	62,6	60,8	70,1	63,7	63,2	16.475.475
	Feminino	41,3	37,4	39,2	29,9	36,3	36,8	9.600.729
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	26.076.204

Fonte: MTE. Rais - Elaboração: DIEESE

R\$ 985, indústria, R\$ 883, construção civil, R\$ 938 e comércio, com R\$ 695.

Em termos regionais, e considerando todos os setores, a média salarial nas empresas de pequeno porte, em 2005, era assim: Sudeste, R\$ 663,50; Sul, R\$ 646,50; Centro-Oeste, R\$ 581,00; Norte, R\$ 503,50 e Nordeste, R\$ 466,00. Um aspecto curioso, no que se refere à remuneração é que, nos setores de comércio, serviços e indústria, a média salarial paga aos homens é superior à das mulheres. Porém, na construção civil, esse quadro se inverte. Nesse setor, o salário das mulheres é superior ao dos homens.

Em 2005, na microempresa, a mulher recebia, em média, R\$ 740, e na pequena empresa, R\$ 919. Já os homens recebiam R\$ 675 e R\$ 771, respectivamente. Essa mudança deve-se ao fato de que a grande parte das mulheres que trabalha nesse setor possui curso superior em engenharia e trabalha em escritório.

Durante a coletiva de imprensa para divulgação dos dados, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, afirmou que essa pesquisa não contempla o período em que a Lei Geral começou a vigorar, a partir dezembro de 2006. Assim, a expectativa é que nas próximas pesquisas os dados sejam mais positivos no que se refere, por exemplo, à formalidade dos negócios.

Para formulação do levantamento, foram utilizadas informações do Dieese, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de In-

Evolução da distribuição da massa de remuneração dos empregados, por porte do estabelecimento, segundo setor de atividade - Brasil 2002-2006 (em %)

Setor	Porte	2002	2003	2004	2005	2006
Comércio	Micro	28,7	29,0	31,8	31,3	31,1
	Pequena	38,2	38,3	35,8	35,4	35,3
	Média	11,7	11,6	11,3	11,2	11,0
	Grande	21,5	21,0	21,2	22,1	22,7
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços	Micro	11,4	11,7	11,6	11,4	11,2
	Pequena	21,6	21,9	21,6	21,5	20,8
	Média	10,0	10,0	9,7	9,6	9,3
	Grande	57,0	56,4	57,1	57,5	58,7
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	Micro	11,1	11,0	10,4	10,5	10,5
	Pequena	20,0	19,8	19,1	19,1	18,9
	Média	31,3	31,2	30,4	29,9	29,7
	Grande	37,6	38,0	40,0	40,4	40,9
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Construção	Micro	21,5	21,2	20,2	18,1	17,3
	Pequena	30,4	30,5	29,7	27,6	27,7
	Média	30,6	30,0	30,7	30,2	31,2
	Grande	17,5	18,3	19,4	24,1	23,9
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Micro	11,9	12,0	14,9	14,8	14,6
	Pequena	21,6	21,7	23,5	23,4	23,0
	Média	18,6	18,7	17,4	17,1	17,0
	Grande	47,9	47,6	44,1	44,6	45,4
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. Rais - Elaboração: DIEESE

formações Sociais (Rais), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), Ministério do Trabalho e Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). ■

SISTEMAS TOTALMENTE INTEGRADOS

CONTABILIDADE
CÁLCULO DE TRIBUTOS
FOLHA DE PAGAMENTO
ESCRITA FISCAL
GERENCIADOR DE
ESCRITÓRIO



Com o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa.

São mais de 30 profissionais especializados, uma equipe de consultores à sua disposição, suporte técnico telefonico, atendimento personalizado tudo para resolver quaisquer dúvidas, receber sugestões, garantir qualidade e manter o sistema atualizado e modernizado.

SUPORTE TÉCNICO APÓS HORÁRIO COMERCIAL !!!

O suporte técnico da Copan atende até às 19:00hrs nos dias que você mais precisa, ou seja, no fechamento de folha de Pagamento

Solicite já um representante:
www.multicopan.com.br 0800.7702040

Sede: Rua Jarinu, 434 - Tatuapé - SP - (11) 6942.5999
* Sorocaba-SP * Campinas-SP * Praia Grande-SP
* Curitiba-PR * Espírito Santo-ES * Macapa-AP

Como identificar um verdadeiro líder?

Ouvir e servir aos seus subordinados são características principais para escolha de um líder. Capacidade de influenciar e inspirar pessoas também são importantes no desempenho dessa função

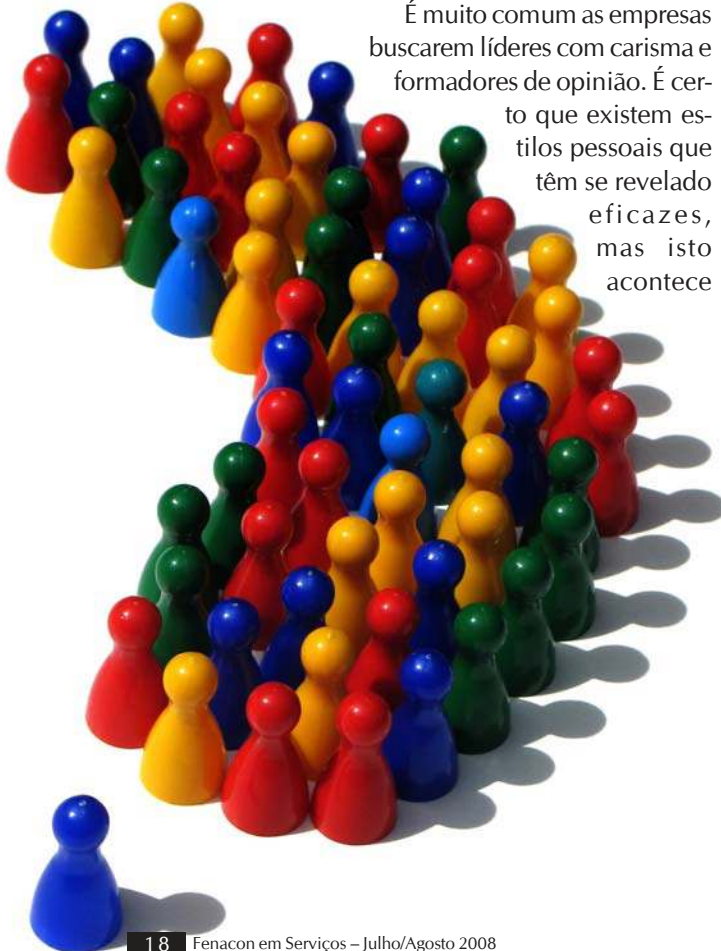
Por Vanessa Resende

Liderança. Essa é uma das palavras mais utilizadas no meio empresarial e nos assuntos ligados à gestão de pessoas. Para escolher o indivíduo que vai ocupar esse tipo de cargo, muitos fatores devem ser analisados, como a influência que ele exerce dentro da organização, por exemplo.

É muito comum as empresas buscarem líderes com carisma e formadores de opinião. É certo que existem estilos pessoais que têm se revelado eficazes, mas isto acontece

desde que os princípios éticos e morais estejam certos. De acordo com especialistas, se a empresa quer um bom líder, deve procurar caráter e não carisma.

Para o psiquiatra e consultor organizacional, Roberto Shinyashiki, uma das principais características de um líder nato é possuir a capacidade de servir aos seus subordinados e estar sempre apto a ouvir e auxiliar na busca pela metas. “Liderar é ter a capacidade de ajudar as pessoas a entender o lugar onde elas se encontram, a desenhar o futuro e a descobrir meios de realizá-lo, e acima de tudo (esse é seu maior desafio), fazê-las acreditar que têm capacidade de atravessar a ponte para o sucesso”, afirma.



Sete qualidades fundamentais de um líder

- 1 Conhecer o negócio da empresa
- 2 Administrar o presente enquanto cria o futuro
- 3 Transformar ameaças em oportunidades
- 4 Criar paixão por resultados
- 5 Facilitar o aparecimento de novos líderes
- 6 Criar equipes integradas e comprometidas
- 7 Evoluir sempre

Quando se estuda um grupo de trabalho fica claro com quantas pessoas o líder se relaciona e com qual frequência ele é procurado por elas. Com isso é possível saber o quão essencial é o trabalho realizado por esse tipo de profissional.

O que exigir dos líderes

O líder deve inspirar e influenciar seus liderados. E isso só é possível com o desenvolvimento da autoridade e confiança por meio de um comportamento consistente, verdadeiro, respeitoso e ético. Em essência, esse profissional não trabalha apenas para a empresa, mas também para os seus liderados. Cabe ao gestor em liderança dar-lhes visão e provê-los do que eles necessitam para atingir as metas, além de desenvolver a comunidade empresarial e cuidar do clima organizacional.

Outra qualidade importante vem da combinação de coragem, confiança, bom senso e maturidade que é a integridade. O que sustenta os melhores líderes e os fazem ir mais longe e trabalhar um pouco mais para que as organizações tenham êxito é procurar tornar a vida dos outros melhor e não trabalhar sempre em benefício próprio.

Shinyashiki enfatiza que os líderes que não sabem se relacionar são fontes de tensão, sendo necessária a criação de um ambiente de trabalho saudável. “A maneira como um líder se relaciona com as pessoas

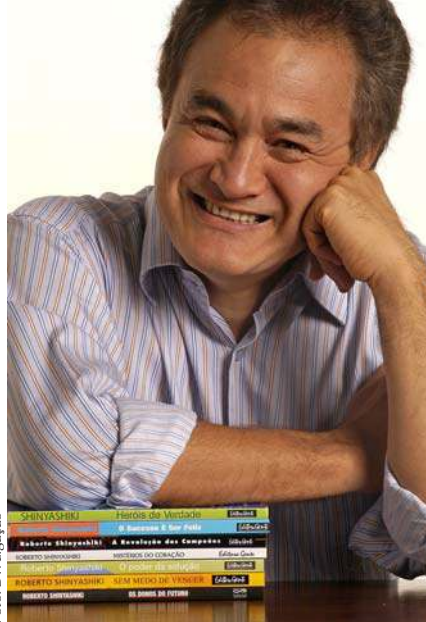


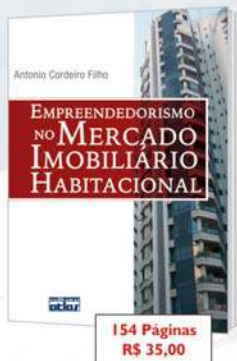
Foto: Divulgação

Roberto Shinyashiki,
psiquiatra e
consultor
organizacional

define sua qualidade como profissional e também como ser humano. O líder precisa se relacionar, seja na sociedade, no trabalho, na família, no relacionamento amoroso. Mesmo que seu ritmo de trabalho seja intenso, é muito importante conversar com as pessoas do seu dia-a-dia. É uma forma saudável de mostrar a todos que os valoriza e também de saber como suas vidas e projetos estão andando”, concluiu. ■

Mercado Imobiliário

Seu **Conhecimento** é
o **Diferencial**



**EMPREENDEDORISMO NO
MERCADO IMOBILIÁRIO
HABITACIONAL**
Antonio Cordeiro Filho

Destaques desta obra: guia reflexivo sobre o mercado para o comprador e o incorporador, atualidade de fatos imobiliários no Brasil e no exterior; comparação de mercado; preços dos imóveis; aspectos didáticos para cursos sobre mercado imobiliário; dicas para construtores e incorporadores de imóveis.



**MUDANÇAS CONTÁBEIS na
LEI SOCIETÁRIA**

Lei nº 11.638 de 28-12-2007

Hugo Rocha Braga

Marcelo Cavalcanti Almeida

À luz da experiência profissional, orientação e discussão sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07.

308 Páginas
R\$ 45,00

Procure em sua livraria ou ligue para **0800 17 1944**.
Você pode também comprar pelo Portal Atlas: www.EditoraAtlas.com.br

A alta carga tributária no país



Cerca de 40% nos preços dos produtos comercializados no Brasil correspondem a impostos. Empresas cumprem 97 obrigações acessórias e gastam 1,5% de seu faturamento para ficar em dia com o fisco

Por Vanessa Resende

Você já parou para imaginar o quanto economizaria, ao mês ou ao ano, caso o seu cafezinho não viesse acrescido em mais de 36% de impostos embutidos no preço final? Ou você já fez a conta do quanto paga de impostos no Brasil? Essas e outras perguntas estão diretamente ligadas a carga tributária que interfere, e muito, sobre o preço final dos produtos comercializados no país. Na média, 40% do preço dos produtos vendidos no varejo são compostos de carga tributária. Em alguns produtos, como bebidas alcoólicas, esse percentual pode chegar a 80% do preço, sem ser percebido pelo consumidor.

O volume de impostos pagos no Brasil é tão alto que até mesmo quem paga as contas, o consumidor, o desconhece. Para o tributarista Jacques Melo, parcela expressiva da população ignora que, na realidade, paga muito tributo de forma indireta, na composição dos preços dos produtos que adquire. “A grande maioria dos brasileiros pensa não ser atingido por qualquer tipo de tributo, pois não possui veículos e, portanto não paga IPVA, não tem imóvel e não paga IPTU e também auferem uma pequena renda, o que a posiciona na faixa de isenção do Imposto de Renda,” afirmou.

Além disso, ainda existem as contribuições que incidem, sobretudo, sobre o consumo, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por exemplo. Esses são pagos de forma indistinta por todas as parcelas da população e consideradas entre os maiores vilões do sistema tributário nacional. Para o tributarista, esses impostos deveriam ser extintos ou substituídos por um verdadeiro tributo sobre valor agregado de competência da União. Isso evitaria assim a guerra fiscal e a difícil administração do atual sistema de não-cumulatividade, representado pela apuração por débito e crédito ou base contra base, como no caso desses dois impostos citados acima.

Aquisições com os tributos arrecadados no País

No ano de 2007 foram arrecadados R\$ 921 bilhões em impostos no Brasil. Com esse montante poderiam ser feitas as seguintes realizações:

- Construir mais de 68.222.222 casas populares de 40 m², ou
- Construir mais de 76.750.000 salas de aula equipadas, ou
- Construir mais de 11.512.500 km de redes de esgoto, ou
- Construir mais de 1.253.061 km asfaltado de estradas, ou
- Pagar mais de 2.423.684.211 salários mínimos, ou
- Fornecer mais de 9.694.736.842 Bolsas Família, ou
- Comprar mais de 5.756.250.000 cestas básicas, ou
- Comprar mais de 13.157.143 ambulâncias equipadas, ou
- Construir mais de 19.595.745 postos policiais equipados, ou
- Construir mais de 3.669.323 postos de saúde equipados, ou
- Comprar mais de 41.042.781 carros populares, ou
- Contratar mais de 65.785.714 policiais por ano, ou
- Fornecer medicamentos para toda a população do Brasil por 410 meses, ou
- Contratar mais de 79.396.552 professores do Ensino Fundamental por ano, ou
- Fornecer cestas básicas para toda a população brasileira por 365 meses

Fonte: simulador do site www.impostometro.org.br

Para ser ter uma idéia, pessoas físicas e jurídicas pagam mais de 80 tributos no Brasil. Impostos que incidem sobre renda, consumo ou riqueza produzidos. “O brasileiro trabalha 30 anos de sua vida – cuja expectativa é de 72,3 anos – apenas para este fim. Embora a expectativa tenha aumentado consideravelmente: em 1900, eram suficientes quatro anos, em 1950, sete anos e, em 2000, eram necessários 23 anos. Em 108 anos, a expectativa de vida do brasileiro cresceu 116%, enquanto a expectativa de pagamentos de tributos aumentou 245%”, disse o professor e auditor contábil Vitor Stankevicius.

R\$ 600 bilhões arrecadados

O Impostômetro instalado na Associação Comercial de São Paulo (ACSP) marcou, no dia 2 de agosto, R\$ 600 bilhões arrecadados em impostos municipais, estaduais e federais pagos pelos brasileiros desde 1º de janeiro deste ano. Em 2007 este valor só foi alcançado 34 dias mais tarde, em 4 de setembro.

A estimativa da ACSP é que o impostômetro ultrapasse, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 trilhão até o fim de 2008. Em 2007, foram marcados R\$ 921 bilhões, em 2006, R\$ 812,7 bilhões e, em 2005, ano da inauguração do painel, R\$ 731,8 bilhões.

Tax Freedom Day – O *tax freedom day*, ou o “dia em que nos livramos dos impostos”, é um conceito que procura transmitir aos contribuintes qual a participação da arrecadação de impostos no Produto Interno Bruto (PIB) em termos de dias que se devem trabalhar somente para pagar os impostos e outras contribuições devidas ao governo nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Em 2008, o *Tax Freedom Day* brasileiro foi “comemorado” em 27 de maio. São 4 meses e 27 dias, trabalhados, apenas para pagamento de impostos. Com base na arrecadação estimada para o ano de 2008, o total de impostos arrecadados deverá se situar em torno de 40,51% do PIB.

“Enquanto no Brasil, necessitamos incorrer em 148 dias para decretar tal liberdade, no México, são necessários 91 dias. No Chile, 92, na Argentina, 97 dias, nos EUA, 102 dias. Muitos diriam que, por este prisma, na Suécia, país altamente desenvolvido, temos carga tributária ainda mais voraz, vistos os 185 dias necessários”, disse Stankevicius.

Alta carga tributária nas empresas –

Uma empresa tem de cumprir com 97 obrigações acessórias para se manter em dia com a Receita, que incluem formulários, livros e guias. “Além de exigir que o contribuinte brasileiro esteja apto a absorver uma nova norma tributária federal, estadual ou municipal a cada 3 minutos (média efetiva), temos de digerir os mais de 55.767 artigos, 33.374 parágrafos, 23.497 incisos e 9.956 alíneas criados desde a Constituição de 1988, portanto há 19 anos. Impressos, correspondem a 5,5 quilômetros de papel. São mais de 3.200 normas, em vigor, demasiadamente complexas e difusas, a ser devidamente acompanhadas pelo contribuinte – sob pena de estar ou não cumprindo todas as obrigações para com o fisco”, declara Stankevicius.

Além de uma carga tributária exorbitante, em média 40%, as empresas sofrem um impacto em suas estruturas de custos, com os chamados custos de conformidade. Esses custos são em sua maioria relacionados com a manutenção da conformidade – ou do estar conforme – com a legislação e os preceitos do fisco para uma situação fiscal boa ou em dia com suas obrigações.

Além de uma carga tributária exorbitante, em média 40%, as empresas sofrem um impacto em suas estruturas de custos, com os chamados custos de conformidade. Esses custos são em sua maioria relacionados com a manutenção da conformidade – ou do estar conforme – com a legislação e os preceitos do fisco para uma situação fiscal boa ou em dia com suas obrigações.



Masao Goto Filho/e-SIM

Impostômetro, instalado na sede da ACSP

Para o presidente da ACSP, Alencar Burti, a prática está mostrando que é absurdo pensar em criar, ou recriar, novos impostos, como a CSS (Contribuição Social para Saúde). “A arrecadação está crescendo além do esperado, o suficiente, inclusive, para repor com folga o dinheiro que era obtido com a CPMF”, disse.

Segundo Burti, o governo deveria aproveitar esse momento para cortar seus gastos e reduzir a carga tributária que impede o desenvolvimento das pequenas, médias e microempresas, “responsáveis pela geração de empregos e renda no país”.

Responsabilidade solidária do contador

Desde janeiro de 2003 passou a vigorar o Código Civil que instituiu a Responsabilidade Solidária do contador. Com ela, o profissional contábil assume, juntamente com seu cliente, o encargo por todos os atos ilícitos cometido por este na gestão de sua empresa, tanto na esfera civil quanto na criminal.

Pensando nisso, a Fenacon, em parceria com a Fiscosoft Editora, publicou recentemente a versão 2008 do folder *Responsabilidade solidária do contador* com a tabela de cumprimento das obrigações acessórias que as empresas devem cumprir para ficar em dia com o fisco. O material produzido tem por objetivo fazer um alerta aos empresários, no sentido de que eles tomem conhecimento de suas inúmeras obrigações tributárias, prazos para elaboração dos documentos e seus respectivos pagamentos, além das multas ou penalidades pelo não-cumprimento ou inexistência.

São mais de 80 itens a ser observados, envolvendo tributos dos três níveis da federação: União, Estados e Municípios.



Os custos estão relacionados com: despesas com pessoal para as questões tributárias e fiscais, contratação de escritórios contábeis e de advocacia, contratação de consultorias e assessorias tributárias, aquisição de informações e banco de dados de legislação e fiscais, contratação de auditorias para verificação das diversas declarações, pessoal para atendimento de demandas administrativas em repartições e judiciais em fóruns, custos de estrutura tributária e departamental, despesas com obtenção de certidões, sem contar outros custos advindos de estudos e projeções sobre a questão fiscal e tributária.

Jacques Melo avalia que sistema tributário brasileiro tem duas falhas graves, além de seu alto custo. A primeira é onerar demasiadamente a produção, o que, além de penalizar a população mais carente, desestimula o crescimento econômico. E em segundo lugar são os gastos das empresas na administração tributária. “Estimam-se em torno de 1% do faturamento das companhias brasileiras os investimentos necessários na montagem da estrutura requerida para apuração dos tributos devidos, além do tempo investido nesse trabalho, que implica perda de produtividade”, avalia, complementando que, de acordo com o Banco Mundial, são gastas no Brasil 2,6 mil horas de trabalho ao ano apenas para apurar os tributos incidentes sobre faturamento, salário e lucro, o que colocou o país em último lugar no *ranking* de 177 países elaborado pela instituição.

Reforma Tributária

A simplificação dos impostos é apontada como principal expectativa para a aprovação do texto da Reforma Tributária que se encontra em análise no Congresso Nacional. “Precisamos de uma verdadeira e ousada Reforma Tributária, que mude as bases do nosso sistema. É inadmissível que tenhamos hoje, por exemplo, diversos tributos incidentes sobre a mesma grandeza, como ICMS, IPI, PIS, Cofins, IR e CSSL, que, em última análise, incidem todos sobre o faturamento, exceto os dois últimos, quando apurados pelo lucro real”, avalia Melo.

Outro ponto também debatido pelo tributarista é a grande quantidade de contribuições destinadas à seguridade social, que poderia muito bem ser custeada por um único tributo, bastando adequar sua alíquota. Para ele, o Simples Nacional deveria ser a regra e não a exceção, pois a diminuição do número de espécies tributárias arrecadadas implicaria ganho para o próprio Estado, que teria condições de efetivamente fiscalizar a apuração e pagamento destes, atividade hoje inviável no país.

“Outra questão importante é a necessária desoneração da folha de salário. A alta carga tributária incidente sobre esta, somada aos encargos trabalhistas, transformou-se no maior desestímulo à regularização da situação trabalhista no país, que conta com inúmeros trabalhadores sem carteira assinada ou assinada de forma irregular, ou seja, com um salário fictício em carteira, menor que o seu real vencimento”, conclui o tributarista. ■

Simple Nacional completa um ano

Novo regime tributário é considerado mais simplificado. Porém, deve sofrer ajustes que vão favorecer ainda mais os micro e pequenos empresários brasileiros

Da Redação

O Simple Nacional, instituído pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, completou um ano no dia 1º de julho. Hoje há cerca de três milhões de pequenas e microempresas inscritas no Supersimple e, desde o início de sua vigência, os empresários colhem bons frutos do novo regime tributário.

Apesar de ter reduzido a burocracia e a carga tributária ao unificar oito impostos – IRPJ, CSLL, IPI, PIS, Cofins, INSS patronal, ICMS e ISS –, ainda há desafios pela frente. Para o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simple Nacional, Silas Santiago, houve simplificação nos procedimentos para o cumprimento das obrigações tributárias. “Agora é pagar os tributos com as medidas de desburocratização previstas na lei”, avaliou.

No entanto, Silas Santiago reconhece que a legislação precisa ser aperfeiçoada. “O Simple Nacional ainda precisa de ajustes e tem muita coisa para ser construída, para se tornar ideal”.

Os principais obstáculos podem ser superados com a aprovação da proposta que tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Complementar nº 2/2007 que altera a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Entre os pontos principais dessa proposta destacam-se a extinção do anexo V e a inclusão de diversas atividades, entre elas os escritórios de serviços contábeis, para o anexo III, o que reduzirá ainda mais a carga tributária.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, Cláudio Vignatti, apesar da resistência da Receita Federal, a Frente Parlamentar fechou questão em favor da inclusão dos escritórios contábeis no anexo III. “Os profissionais da contabilidade formam uma categoria importante demais para o sucesso do Supersimple, principalmente na esfera municipal, e queremos tê-los como aliados e não como adversários”, afirmou.

Silas Santiago, Secretário Executivo do Comitê Gestor do Simple Nacional



Foto: Divulgação

Mobilização

Uma das grandes bandeiras levantadas pela Fenacon atualmente é a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 2/2007 (antigo PLP 126/2007), que altera a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

A Fenacon, que participou da implementação da Lei Geral em todo Brasil, sabe que as mudanças propostas no projeto são de extrema importância para a nossa classe contábil e, conseqüentemente, para desenvolvimento econômico e social do País.

A Lei Geral não é arrecadatória. Ela incentiva a criação de empresas, de empregos, a distribuição de renda, a inclusão social e o combate à informalidade. E o remanejamento dos escritórios de serviços contábeis para o Anexo III, sem dúvida alguma, manterá a contribuição e o auxílio que prestamos ao governo em prol do desenvolvimento do Brasil.

SRS. PARLAMENTARES A

APROVAÇÃO

DO PLP 02/07
É ESSENCIAL PARA AS
MICRO E
PEQUENAS
EMPRESAS

www.fenacon.org.br

FENACON
SISTEMA SESC/SESCON

Conselho Federal de Contabilidade

Outro ajuste significativo será a criação da figura do microempreendedor individual. O projeto prevê que empresas formalizadas, com receita bruta anual de até R\$ 36 mil e um dono ficarão isentas de quase todos os tributos do Simples Nacional. Entre os beneficiários estão donos de pequenas sorveterias, bares, lanchonetes, facções de costura e negócios de conserto de eletrodomésticos.

Segundo o ministro da Previdência, José Pimentel, os microempreendedores pagarão 11% sobre o salário mínimo de INSS para garantir a própria aposentadoria. A idéia é garantir uma contribuição média de 15 anos e a aposentadoria desse contribuinte por idade e 15 anos de contribuição. ■

Colaboração: Natasha Echavarría



FENACON
SISTEMA SESC/SESCON

Cadastre-se em nosso site para receber o Fenacon Notícias e o Press Clipping.

www.fenacon.org.br



Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Eduardo Manoel Lemos

As profundas transformações sociais, fazendo repensar o papel do Estado, fizeram surgir novas instituições: a Sociedade de Propósito Específico (SPE) é uma delas. O crescimento demográfico, as novas dimensões de tempo e de espaço do mundo globalizado, o surgimento de gigantescas empresas multinacionais e transnacionais ensejaram a formação de parcerias entre os agentes privados e o Estado.

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ao instituir normas gerais para a licitação e a contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da administração pública, deu ensejo à criação de um novo tipo de pessoa jurídica, personificada, autorizada expressamente pelo § 2º do art. 9º da referida norma.

Preocupa-nos a quantidade de registro nas Juntas Comerciais de empresas, equivocadamente, como Sociedade de Propósito Específico, usando indevidamente o aditivo “SPE” ao nome empresarial, as quais não possuem os devidos requisitos para tal modalidade social.

A novidade da regulação específica das SPEs, no âmbito da Lei das PPPs reside, em admitir a participação do Estado, ao lado dos particulares, visando a concretizar os interesses comuns em contratos de parcerias. A SPE é uma pessoa distinta das parcerias, formada para a realização da finalidade comum, posto que se refere a parceria público-privada.

Existem algumas restrições específicas, qualitativas e quantitativas, ao quadro de sócios, estabelecidas



Foto: Divulgação

A novidade da regulação específica das SPEs, no âmbito da Lei das PPPs, reside em admitir a participação do Estado

pautar-se pelos padrões da governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas (§ 3º do art. 9º da Lei de PPP), que deverão criar mecanismos eficientes para garantir o comportamento dos executivos alinhados aos interesses dos acionistas, por meio do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de auditorias independentes.

6) A Sociedade de Propósito Específico notabilizou-se no palco social pela sigla SPE, entretanto ela não integra seu nome empresarial.

pelo art. 9º da Lei nº 11.079/2004, como seguem:

- 1) A SPE poderá revestir-se de qualquer tipo societário, desde que personificável, inclusive S. A. com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado (§ 2º do art. 9º da Lei PPP).
- 2) Entre seus integrantes podem figurar particulares e a administração pública, vedado a esta última possuir a maioria do capital votante (§ 4º do art. 9º da Lei PPP) salvo eventual aquisição por instituição financeira controlada pelo poder público.
- 3) O Estado não poderá possuir a maioria do capital votante, caso em que a SPE se transformará em Sociedade de Economia Mista.
- 4) O objetivo da SPE deverá estar adstrito ao objeto da parceria, consoante o parágrafo único do art. 981 do CCB de 2002, que estabelece poder a atividade da sociedade restringir-se a realização de um ou mais negócios.

5) A gestão empresarial da SPE deve

- 7) A SPE não trouxe grandes novidades à ordem jurídica, exceto a autorização para que o Estado nela concorra, de forma subordinada, para a realização de um interesse por ele ditado no curso da antecedente licitação.
- 8) A SPE tem natureza de uma *corporate joint venture* formada entre os setores privado e público, não estando o controle societário nas mãos do poder público.

Vale ainda lembrar algumas posições legais que regem a matéria:

- a) A Lei de S. A., nº 6.404/76, estabelece em seu art. 2º que qualquer empresa com fim lucrativo poderá adotar a forma de Sociedade Anônima.
- b) A Lei nº 8.934/94, no art. 35, inciso III, proíbe o arquivamento de ato em que não conste a declaração precisa de seu objeto, o mesmo ocorrendo com o art. 997 do CCB/2002.
- c) O art. 251 da Lei nº 6.404/76, que trata da subsidiária integral, representa o caminho natural para a especialização do objeto social da SPE.

- d) O art. 33 da Lei nº 8.666/93 permite ao dirigente ou a administradores públicos participar na licitação de consórcios de empresas.
- e) A Lei nº 9.074/95, que regula as concessões de serviços públicos, a qual autoriza a participação de um consórcio na fase da concorrência, seguido da formação da pessoa jurídica no caso de adjudicação.
- f) A Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência, no art. 50, inciso XVI, inclui como um dos meios de recuperação judicial a constituição de uma SPE.
- g) A Lei nº 11.079, de 30/12/2004, no seu art. 2º, § 4º, inciso I, estabelece que o seu capital terá valor superior a 20 milhões de reais e o inciso II exige o tempo mínimo de duração, não inferior a 5 (cinco) anos.



Enfim, somente a utilização desse instituto poderá dizer de sua eficiência como meio de realização do interesse público. ■

Coordenador de Atos Jurídicos do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC













EXACTUS
software

Escritório de Contabilidade

-  **Maximum**
contabilidade
-  **Winner**
folha de pagamento
-  **Prattic**
controle patrimonial
-  **Directus**
gerenciador de escritório e custos
-  **SKIII**
escrita fiscal


Gestão Empresarial

-  GESTÃO PARA INDÚSTRIAS (ERP, MRP II E PCP)
-  GESTÃO PARA EMPRESAS DE CONTABILIDADE
-  GESTÃO PARA COMÉRCIO ATACADISTA
-  GESTÃO PARA LOJAS
-  GESTÃO PARA HOLDINGS
-  GESTÃO PARA CLÍNICAS E HOSPITAIS
-  GESTÃO PARA SUPERMERCADOS
-  GESTÃO PARA UNIVERSIDADES E COLÉGIOS
-  GESTÃO PARA ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS
-  GESTÃO PARA TRANSPORTADORAS
-  GESTÃO PARA IMOBILIÁRIAS
-  GESTÃO PARA POSTOS DE GASOLINA
-  GESTÃO PARA EMPRESAS DE ÔNIBUS
-  GESTÃO PARA FARMÁCIAS
-  GESTÃO PARA CONSTRUTORAS
-  GESTÃO AVÍCOLAS
-  GESTÃO PARA LOJAS DE SHOPPING E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Saiba como Melhor Atrair e Encantar seus Clientes



60
Módulos



Empresa de Contabilidade e Clientes totalmente interligados

A Exactus desenvolveu um sistema chamado Escritório Inteligente. Um conjunto de softwares capazes de tornar sua empresa de contabilidade ainda mais completa: total controle de contabilidade, folha, escrita fiscal, controle patrimonial e um exclusivo gerenciador de escritórios.

Com o Escritório Inteligente você interage melhor com seus clientes. Através de módulos captadores as empresas se interligam e executam faturamento, ECF, contas a receber, contas a pagar, gerenciador financeiro, controle de estoques, caixa e bancos.

Por meio de módulos de gestão empresarial instalados nas empresas de seus clientes, o escritório importa esses dados via internet e os transformam automaticamente em contabilidade e ou livros fiscais. Com a interligação todos ganham.

Escritório e clientes passam a ser um a extensão do outro. O Escritório Inteligente, passo a passo, cria uma estrutura tendendo a 100% informatizada, 100% interligada e 100% sem papel.

Nota Fiscal Eletrônica - SPED

Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software

0800 400 6001

www.exactus.com.br

21^o

EESCON

Encontro das Empresas de Serviços
Contábeis do Estado de São Paulo



Fotos: Divulgação

EESCON divulgará setor contábil em São Paulo

De 24 a 26 de setembro acontecerá, em Atibaia-SP, o maior evento da classe empresarial contábil do Estado de São Paulo. Será o 21^o *Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Eescon)*. O objetivo do evento, que ocorre a cada dois anos, é dar a oportunidade para divulgação das instituições, produtos e serviços voltados para a área profissional e pessoal do setor.

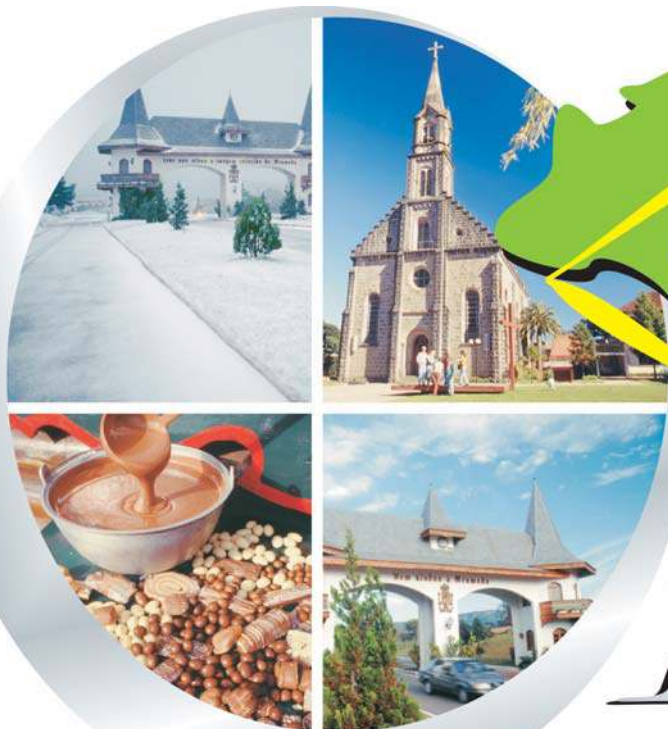
Durante o encontro, será realizada a Feira de Negócios, exposição paralela com aproximadamente 50 estandes de instituições e empresas de variados segmentos, na qual haverá demonstração e comercialização de produtos e serviços de interesse dos participantes.

O EESCON é promovido pelo Sescon São Paulo e pela Associação das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Aescon). Espera-se que o evento reúna nessa edição cerca de mil participantes, entre empresários, gestores, e profissionais da área contábil. Haverá palestras, debates e painéis sobre assuntos técnicos e motivacionais.

Para o presidente do Sescon São Paulo, José Maria Chapina Alcazar, o Eescon será uma ótima oportunidade para melhorar o conhecimento. “No atual cenário de constantes transformações tecnológicas e mudanças de paradigmas, queremos proporcionar aos participantes boas oportunidades de aprimoramento, reciclagem e crescimento profissional, para que, juntos, possamos construir um segmento mais forte, valorizado e sempre pronto para contribuir com o desenvolvimento das empresas, da economia e, conseqüentemente, da nação”, afirmou no site do sindicato.

Informações

pelos telefones:
(11) 3304-4445/4425/4474
ou pelo e-mail:
eventos@sescon.org.br



18^o

CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

dos profissionais da área e, em especial, para a valorização da Contabilidade como ciência. Haverá premiação para os cinco melhores trabalhos científicos apresentados.

O 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC) tem como propósito estimular a discussão e a reflexão sobre temas atuais e as tendências mundiais da Contabilidade, proporcionando aos profissionais da área, bem como aos estudantes, uma gama de oportunidades para reciclagem e aprimoramento.

Paralelamente ao evento, haverá uma Feira de Negócios e Oportunidades, na qual serão montados, aproximadamente, 120 estandes de em-

presas interessadas em expor seus produtos e serviços para os profissionais, empresários da contabilidade e estudantes.

O 18º CBC é um dos acontecimentos mais aguardados por toda a classe contábil, e você é nosso convidado especial.

O Congresso Brasileiro de Contabilidade ocorre a cada quatro anos e a responsabilidade pela organização do evento é do Conselho Federal de Contabilidade, em conjunto com os Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 2008 terá como lema *Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento*. ■

O maior evento contábil do país será realizado na cidade de Gramado-RS, nas dependências do Serra Park Centro de Feiras e Eventos, no período de 24 a 28 de agosto de 2008. Espera-se, para esse evento, um público de, aproximadamente, 4 mil participantes, vindos de todos os estados brasileiros, estratificados em 3 mil profissionais, 700 estudantes e 300 acompanhantes.

A programação será composta de apresentação de palestras, painéis e trabalhos, com um temário rico, que tem por objetivo expor e debater temas atuais e tendências da Contabilidade, para o aperfeiçoamento

FISCOsoft On Line

Informações Fiscais e Legais

Acesso gratuito por 7 dias!

www.fiscosoft.com.br/fenacon

Fone: (11) 3382-1000



e-CPF Simples é lançado no mercado

Autoridade Certificadora – AC Fenacon participa da criação de Certificado Digital adaptado à realidade dos micro e pequenos empresários brasileiros. Tecnologia abrangerá 3,5 milhões de empresas em de três anos

Da Redação

M Certificação Digital está conquistando um espaço cada vez maior no mercado corporativo. Hoje é cada vez mais necessária a utilização dessa tecnologia para proporcionar maior segurança para a empresa no mundo virtual, desburocratizar processos, reduzir as exigências formais e contribuir para a redução dos custos operacionais. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de competitividade imprescindível para as empresas. Um dos empecilhos apontados para a participação das micro e pequenas empresas, talvez o maior, é o elevado custo de da Certificação Digital. Atentos a esse cenário, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Sebrae, com o apoio da Autoridade Certificadora – AC Fenacon, lançaram no mercado o e-CPF Simples.

O e-CPF Simples é um Certificado Digital destinado exclusivamente ao responsável titular de Microempresa (ME) e de Empresa de Pequeno Porte (EPP), optantes ou não do Simples Nacional.

A proposta do e-CPF Simples contém pontos essenciais para que a Certificação Digital se adapte à realidade dos micro e pequenos empreendimentos brasileiros, como, por exemplo, o preço mais acessível.

De acordo com o gestor-executivo da AC Fenacon, Geraldo Coelho, foram realizados diversos estudos de alternativas para superar as dificuldades nos processos de implementação a Certificação Digital no país. “A AC Fenacon, com o apoio do Sebrae, se empenhará para tornar esse produto uma realidade. A meta agora é atingir 3,5 milhões de pequenos empreendimentos nos próximos três anos”, acrescentou.

O presidente do ITI, Renato Martini avalia com expectativa o trabalho da AC Fenacon para disseminar a certificação digital aos micro e pequenos empresários. “A parceria entre a Fenacon e o Sebrae em levar a Certificação Digital às empresas é muito louvável e vai trazer bons resultados.”, destacou.



Foto: Divulgação

Abaixo seguem alguns dos benefícios de que o usuário do e-CPF Simples poderá usufruir

- Acesso rápido ao Portal do Simples Nacional para emissão do Documento de Arrecadação do Simples (DAS), apenas com a inserção da senha privada da certificação digital.
- Consulta e acompanhamento da Situação Fiscal das Pessoas Físicas e Jurídicas com o e-CPF do responsável legal perante a Receita Federal.
- Ratificação dos DARFs recolhidos com dados errados e obtenção de cópias dos documentos recolhidos desde 1993.
- Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (DIPJs e PJs), de Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais - DCTFs e Declaração de Contribuições Sociais (Dacons).
- Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e de Declarações do Imposto de Renda na Fonte 9DIRFs0.
- Elaboração de Procurações Eletrônicas;
- Priorização na restituição do Imposto de Renda Pessoa Física para declarações entregues com certificação digital.
- Parcelamento eletrônico on-line de débitos de pessoas físicas e jurídicas.
- Agendamento eletrônico das pessoas físicas e jurídicas, para atendimento no balcão do CAC para resolver pendências.
- Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).
- Adoção da Nota Fiscal Eletrônica, dos Livros Fiscais Eletrônicos e do Livro Diário Eletrônico.
- Apresentação de assinatura e firma reconhecida em cartório do Documento Básico de Entrada no CNPJ na Receita Federal (DBE) àqueles que utilizam a certificação digital.
- Desburocratização do credenciamento de representante legal das empresas que operam no Siscomex.
- Envio eletrônico de documentos referentes a processos que tramitam nas Varas do Trabalho dos 24 TRTs e no TST, através da internet, sem a necessidade da apresentação posterior dos documentos originais.
- Segurança aos correntistas dos bancos ao acessarem suas contas por meio da internet.
- Agilidade na liberação de contratos de câmbio nas instituições financeiras.
- Acesso a Compras Públicas por meio dos Pregões Eletrônicos.
- Acesso ao sistema de Nota Fiscal Eletrônica com e-CNPJ para as pessoas jurídicas e com e-CPF para os benefícios fiscais das pessoas físicas.
- Transações eletrônicas seguras, melhorando a gestão das empresas, desmaterializando processos burocráticos e agilizando procedimentos.
- Saúde Complementar Eletrônica.
- Autorização de funcionamento para empresas de Segurança, através do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada (Gesp) da Polícia Federal.
- Apólice de Seguro Eletrônica.
- Serviços Cartoriais Eletrônicos.
- Conectividade Social para FGTS – permite a simplificação do processo de recolhimento do FGTS, a redução dos custos operacionais; o aumento da segurança e do sigilo das transações com o FGTS e facilita o cumprimento das obrigações da empresa relativas ao FGTS e à Previdência Social.

Fonte: AC Fenacon

De acordo com o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon, o lançamento do e-CPF Simples é um grande esforço da Fenacon e demais Autoridades Certificadoras do país em atender a demanda de certificação digital para os micro e pequenos empresários. “A Fenacon, com o apoio das demais Autoridades Certificadoras e entidades de classe, como o Sebrae, se empenharam em tornar esse produto uma realidade por ele possuir custo baixo e por trazer benefícios a todos”, afirmou.

O e-CPF Simples

O e-CPF Simples não tem o mesmo formato que o e-CPF tradicional, comercializado como

smartcard. O e-CPF Simples é do tipo A3, com validade de um ano, e armazenado em um *token* criptográfico.

O preço será de R\$ 155 e terá validade de um ano. O certificado comum custa R\$ 370 e tem validade de um a três anos.

Como aderir

A compra do e-CPF Simples é feita pela internet, por meio do *site* da AC Fenacon (www.acfenacon.org.br), e a validação do certificado precisa ser feita pessoalmente. ■

Treinamentos dão início a uma gestão de excelência

Conhecer e administrar o clima organizacional nas empresas não é tarefa fácil. No ambiente sindical não é diferente. Atualmente, a preocupação com a profissionalização da gestão nos sindicatos já não é novidade para muitas entidades.

A Fenacon dá o primeiro passo e adota o Sistema de Excelência em Gestão Sindical (Segs) para desenvolver uma base de conhecimento e realizar o diagnóstico sobre a gestão nos sindicatos filiados.

O Segs é um programa, desenvolvido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que incentiva o desenvolvimento da excelência na gestão de Federações e Sindicatos de acordo com os critérios do Programa Nacional de Qualidade (PNQ).

Cada entidade participante escolhe um representante, que será o avaliador responsável em indicar o grau de desenvolvimento de gestão nos aspectos: associativismo, representatividade, estrutura diretiva, gestão financeira e produtos e serviços oferecidos. As capacitações do Segs permitem que os representantes das federações e dos sindicatos conheçam e desenvolvam as melhores ferramentas para o sucesso de uma entidade de representação empresarial.

Para o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon, essa medida é essencial para identificar o desenvolvimento e as oportunidades de melhoria na administração. “Com essa troca de informações, cada avaliador vai diagnosticar os problemas de gestão e levar os resultados para os seus sindicatos”.

Primeiro passo

O primeiro encontro do Sistema Fenacon para implantar o Segs foi realizado nos dias 12 e 13 junho, no hotel Kubitschek Plaza, em Brasília. Além da Fenacon, participaram, nesta primeira etapa, os sindicatos de Blumenau, Bahia, Campos Gerais, Ceará, Grande Florianópolis, Londrina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Serra Gaúcha.

O assessor técnico do Departamento de Planejamento da CNC, Luciano Alves Santana, conduziu o treinamento e tirou dúvidas dos representantes dos sindicatos e da Fenacon. Luciano apontou oito critérios de avaliação de gestão adaptados à realidade das entidades sindicais, que são: liderança, estratégia e planos, produtos e serviços, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados. “De acordo com ele, o avaliador será responsável por disseminar esses conceitos nos sindicatos”, frisou.



Liderança: avalia o sistema de liderança e o comprometimento pessoal dos membros da Diretoria; a disseminação da missão, da visão e dos princípios do Sindicato ou da Federação e, também, como é analisado o desempenho global da entidade.

Estratégias e Planos: avalia o processo de formulação e implementação das estratégias, por meio da definição de objetivos estratégicos e indicadores, do estabelecimento de metas, do desdobramento dos planos de ação e do acompanhamento da realização das etapas previstas.

Clientes: avalia como a entidade identifica as necessidades e a satisfação dos clientes (associados e filiados); como divulga seus produtos e serviços e como estreita seu relacionamento com os representados.

Sociedade: avalia como a entidade interage com a sociedade de forma ética e transparente.

Informação e Conhecimento: avalia como a entidade mantém e disponibiliza as informações e o conhecimento necessários ao seu funcionamento.

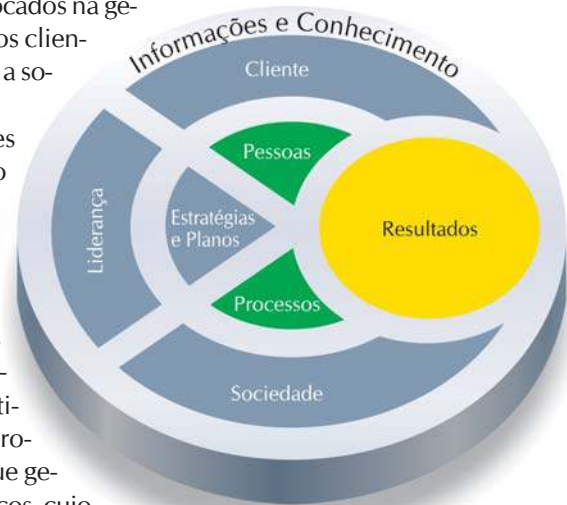
Pessoas: avalia o relacionamento da entidade com a diretoria e os colaboradores, como são disponibilizadas as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho e como a força de trabalho é desenvolvida e capacitada.

Processos: avalia como a entidade identifica e gerencia os processos principais e os processos de apoio. Também avalia como a entidade se relaciona com os fornecedores e conduz a gestão econômico-financeira, visando à sustentabilidade econômica.

Resultados: avalia a evolução do desempenho da entidade em relação a clientes, situação financeira, pessoas, fornecedores, processos relativos aos serviços/ produtos, sociedade e processos de apoio. Avalia também os níveis de desempenho em relação aos resultados das entidades de referência.

A figura a seguir simboliza o sistema de gestão, composto pelos oito critérios, interdependentes e complementares, dispostos de forma sistêmica, em que: a liderança (critério 1) é responsável pelas estratégias e planos (critério 2), focados na geração de valor para os clientes (critério 3) e para a sociedade (critério 4).

As informações e o conhecimento (critério 5), que permeiam toda a figura, proporcionam rumos e competências para as pessoas (critério 6) realizarem a missão da entidade por meio de processos (critério 7) que geram produtos e serviços, cujo valor se traduz em resultados (critério 8) para as partes interessadas.



Segundo Rodrigo Wepster, assessor de Planejamento da CNC, é importante os sindicatos passarem por essas avaliações para verificarem o estágio atual da gestão em relação àquilo que é dado como padrão de excelência.

O vice-presidente da Fenaccon, Antônio Marangon, que será o avaliador da entidade, destacou que essa iniciativa vai estimular o crescimento do Sistema Fenaccon. “O avaliador vai trabalhar baseado em um planejamento, para que o sindicato se desenvolva bem-estruturado”, acrescentou. ■

**Sistemas sem
Manutenção Mensal**

e-contab.com.br

Download gratuito para testes

**Contabilidade
Folha de Pagamento
Livros Fiscais
Adm. Escritório
Controle Patrimonial
PPP**

São Paulo 11 2626-1962 · SP Interior 19 3525-6600 · Belo Horizonte 31 2626-2940
Curitiba 41 4063-7122 · Rio de Janeiro 21 3005-9214 · Salvador 71 2626-2728

www.e-contab.com.br

REGIÃO SUDESTE

Sescon-Espírito Santo

Contabilistas recebem homenagem

A Câmara de Vereadores de Vitória promoveu uma sessão solene em homenagem aos contadores. Com a presença de autoridades políticas e contabilistas do estado, foram entregues a comenda Itamar Silva e diploma de Honra ao Mérito.

A comenda, criada a partir do projeto do vereador Aloízio Varejão, faz menção a um dos fundadores do Sescon Espírito Santo. “Escolher um nome para

a comenda foi difícil, mas Itamar Silva representa muito bem a classe de contadores. Ele foi um grande líder”, declarou Varejão.

Entre os agraciados estavam o presidente do Sescon-ES, Jacintho Soella Ferrighetto, e o diretor da entidade, Moacyr Edson de Ângelo. Além da comenda, 25 profissionais da classe receberam o diploma de Honra ao Mérito, entre eles, o vice-presidente do Sescon, Luiz Carlos de Amorim, o diretor tesoureiro, Benedito dos Santos Silva, a diretora técnico-científica, Dolores Zamperlini, o conselheiro consultivo, Fernando Campagnoli, o diretor de pesquisas e informações, João Alfredo Souza Ramos e o conselheiro fiscal da Fenacon, Rider Rodrigues Pontes

Na ocasião, o presidente do sindicato, Jacintho Soella Ferrighetto, agradeceu ao vereador Aloízio Varejão pela iniciativa. “É motivo de muito orgulho fazer parte desse grupo e essa homenagem nos dá ainda mais força para seguir adiante na luta. Nosso objetivo é continuar contribuindo para o desenvolvimento da sociedade”, afirmou. ■

Diretoria do Sescon-ES recebe homenagem



Foto: Divulgação

Ciclo de palestras

Os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil Juliano Gama e Ivon Pontes, a delegada da Receita Federal Laura Gadelha Xavier, o delegado adjunto Carlos Lyra e o presidente do Sescon Espírito Santo, Jacintho Soella Ferrighetto. Eles foram presenças ilustres na primeira palestra de uma série a ser realizada

ao longo do ano.

Na primeira palestra foi abordado o tema *Imposto de Renda Pessoa Jurídica* realizada, no último dia 23 de junho, no auditório da Fabavi, em Vitória. Essa é a primeira ação da parceria firmada entre o Sescon-ES e a Delegacia da Receita Federal. ■

Participantes do curso promovido pelo Sescon-Tupã

Sescon-Tupã

Sindicato inaugura “Centro de Estudos”

O Sescon Tupã tem desempenhado importante papel na defesa dos interesses e direitos dos segmentos

representados e da sociedade de Tupã e região. Preocupado em manter os profissionais sempre atualizados sobre temas de interesse dos segmentos contábil, fiscal, trabalhista, previdenciário e societário, o sindicato oferece a seus associados uma extensa programação de palestras, cursos, seminários e jornadas técnicas.

O mais novo projeto é o “Centro de Estudos”, que foi inaugurado no dia 14 de maio de 2008, com início às 19 horas. O objetivo da implantação do Centro de Estudos é reunir profissionais da área contábil, fiscal/societário e trabalhista para aprimorar conhecimento e trocar informações. ■



Foto: Divulgação

Sescon-Rio de Janeiro

Sescon-RJ avalia seus 21 anos de existência

A atual gestão completa um ano. Nesse período, muitas realizações e muitas conquistas pontuaram o 21º ano dessa entidade que, segundo seu presidente, Lindberger da Luz, “já nasceu forte”.

Com a estrutura deixada pelas gestões anteriores e ampliada pela atual, o sindicato buscou dia a dia o aprimoramento de seu atendimento, de seus serviços, trazendo aos associados novas parcerias e informações de qualidade.

Desde o início desta gestão, o Sescon-RJ tem buscado ampliar seu relacionamento com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, federações e demais entidades contábeis, em nível nacional e local, como, por exemplo, nas reuniões com a Receita Federal e as entidades congêneras, Unipec, CRC-RJ e Sindicont-Rio.

Também nesse período, projetos de sucesso da gestão anterior tiveram continuidade e outros surgiram. Criados na gestão Guilherme Tostes, o Programa de Aperfeiçoamento da Gestão das Empresas de Serviços Contábeis (Proages) e o Projeto de Qualidade Necessária (PQN) vêm possibilitando aos empresários contábeis expressiva melhora em suas empresas e conseqüente ampliação dos negócios. O primeiro, com a troca de experiências sobre gestão, e o segundo, com a implantação da filosofia de trabalho Comprometimento Total com o Cliente (CTC) tem fornecido ferramentas essenciais para a gestão da empresa contábil.

O Sescon-RJ trabalhou em parceria com a Fenacon e com o Sebrae, nos Seminários da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que treinou multiplicadores nos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Organizou também diversas palestras sobre temas importantes como GFIP, Declan, Emissor de Cupom Fiscal e, os mais

recentes, Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Digital, Certificação Digital e Sped. Implantou também o Café com Palestra, um dos projetos de maior sucesso, no qual o empresário, após um café da manhã, participa de uma palestra com temas importantes do dia-a-dia da empresa contábil. Nesses encontros já palestraram, por exemplo, a Junta Comercial, o RCPJ, a AC Fenacon e a Prosoft.

No campo político, destaca-se a atuação do Sescon-RJ como um dos protagonistas na revogação do Decreto Municipal nº 28.340/07, que pretendia taxar em 5% do faturamento, as sociedades uniprofissionais, e não mais em valor fixo para cada sócio, o que, segundo o Presidente Lindberger, é “um atentado contra as uniprofissionais”.



Logo
Sescon-Rio
de Janeiro

Novos desafios que se apresentam são a certificação como Agente de Registro da AC Fenacon e a implantação e execução do Planejamento Estratégico, que será o norte das ações do sindicato e, juntamente com o empenho da diretoria, dos colaboradores e dos parceiros, tem totais condições de ser um sucesso.

Ou seja, o Sescon-RJ firma seu lugar de destaque no cenário sindical do Brasil e aponta para um promissor futuro, de mais desafios, realizações e conquistas. ■

Sescon-Minas Gerais

Nova diretoria toma posse

No último dia 27 de junho foi assinado termo de posse da nova diretoria do Sescon Minas Gerais para o triênio 2008/2011. Após a cerimônia, João Batista de Almeida, que esteve na presidência do sindicato desde 1994, encerrou seu mandato com a inauguração do novo auditório da entidade e prestou homenagens a integrantes da história do Sescon-MG. O empresário Luciano Alves de Almeida, presidente eleito, afirmou em seu discurso de posse que a pretensão da nova gestão é “dar seqüência ao brilhante trabalho capitaneado pelo sempre presidente João Batista de Almeida ao longo desses anos”.

Com capacidade para 80 pessoas e sistema de áudio e multimídia de alta tecnologia, o auditório “Jornalista José Costa” é o novo espaço que o Sescon-MG oferece a seus associados.

Na ocasião, foram também homenageados integrantes dos 18 anos de história do sindicato: José Xavier Cunha, primeiro presidente do Sescon-MG; Valter Eustáquio dos Santos, Ernaltton Leão de Carvalho e Onofre Pereira de Abreu, fundadores do Sescon-MG, e Evanir Adelme de Souza, que há 10 anos trabalha na entidade. ■

REGIÃO NORDESTE

Sescap-Ceará

Autoridades debatem Reforma Tributária

A primeira edição do Ambiente Empresarial, promovido pelo Sescap Ceará no último dia 11, demonstrou que o evento veio para se consolidar na agenda do empresariado de serviços.

O encontro trouxe à discussão, além de outros temas, o Projeto de Reforma Tributária que foi deba-

tido pelo membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Germano Rigotto (RS), pelo deputado federal Pedro Eugênio (PT-PE) e pelo membro do Grupo de Trabalho do CFC sobre a Reforma Tributária, Sérgio Melo (CE). Como debatedores estavam o presidente da Fecomércio-CE, Francisco Régis Dias, e o presidente do Sescap-CE, Cassius Coelho. O evento contou ainda com a Consultora Carla Galo (RJ) e com o Professor Luiz Carlos Becker (RJ) em outras palestras.

A programação, que incluiu o lançamento do Movimento Brasil Tem Jeito e a entrega do Prêmio Gestor 2008, transformou o palco do Hotel Luzeiros em um grande fórum do setor de serviços do Ceará. ■



Foto: Divulgação

**Presidente do Sescap-CE,
Cassius Coelho**

Sescap-Bahia

Certificação Digital

Vamos falar de Certificados Digitais é o tema da palestra promovida para o segmento contábil. A apresentação faz parte de uma série de discussões que serão realizadas até o final do ano, em diversas cidades da Bahia. A iniciativa divulga o Programa Nacional Integrado de Disseminação da Certificação para as micro e pequenas empresas, a fim de massificar o uso do sistema.

Em Salvador, a palestra teve como condutor o gestor-executivo da AC Fenacon, Geraldo Coelho. Ele esclareceu os benefícios, a redução de custos, a

logística de atendimento e os elementos estratégicos para a implementação da Certificação Digital.

Este mês, *Vamos discutir os Certificados Digitais* já foi apresentada em cidades baianas, como Itabuna e Ipiaú. Depois de Salvador, o mesmo debate será levado a Porto Seguro. De acordo com o diretor de eventos do Sescap-BA, Marco Moura, diversas cidades já solicitaram mais explicações sobre os Certificados Digitais: Feira de Santana, Lauro de Freitas, Santo Antonio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras, Irecê, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Brumado, Guanambi e Itaberaba, entre outras. ■

Cursos movimentam o Sescap-BA

Um debate dinâmico que esclareceu dúvidas a respeito de conceitos e características dos mercados para perícia e arbitragem contábil. Dirigida a associados, é mais uma ação do Projeto de Comunicação da nova diretoria, para disseminar informações que atualizem os conhecimentos dos empresários de contabilidade.

O encontro teve como palestrante o contador e perito Sérgio Pastori, árbitro da Câmara de Arbitra-

gem, Mediação e Conciliação do Instituto de Mediação e Arbitragem da Bahia (Imab).

Outra capacitação promovida em julho foi o curso de Planejamento Estratégico voltado para empresários, líderes e profissionais de áreas diversas, interessados em técnicas de auxílio para o gerenciamento dos seus negócios. Incluiu, entre outras, palestras sobre como tornar as ações mais ágeis e produtivas, como organizar uma empresa e, ainda, sobre a organização consciente. ■

Sescap-Pernambuco

Programa de Aperfeiçoamento Cíclico

A grade de cursos do Programa de Aperfeiçoamento Cíclico (PAC) do Sescap Pernambuco está renovada. Para esse semestre foram selecionados novos temas e planejadas abordagens diferenciadas para temas tradicionais. O resultado é uma programação completa, criada com o objetivo de repassar conhecimento teórico, técnico e prático,

além de compartilhar a experiência de profissionais consagrados.

Por meio do PAC, o sindicato promove ciclos de jornadas de atualização e especialização profissional. O objetivo do programa é incrementar a atuação de empresas e profissionais por meio do conhecimento estratégico repassado em seus cursos técnicos ou analíticos. ■

Sescon-Rio Grande do Norte

Encontro das Empresas de Serviços

Foi realizado nos dias 13 e 14 de Junho, em Mossoró-RN, o "4º Encontro das Empresas de Serviços". O evento contou com a participação de 150 participantes, dentre eles, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Augusto Delgado, o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon e o vice-presidente da região nordeste, Adelvani Braz.

O objetivo do encontro foi reconhecer, estimular e incentivar a busca por conhecimento e promover o desenvolvimento técnico científico da contabilidade. ■

Foto: Divulgação



Encontro as Empresas de Serviços

REGIÃO CENTRO-OESTE

Sescon-Mato Grosso do Sul

Sescon e CRC se unem por conquistas

Os meses de junho e julho foram marcados por muitas conquistas realizadas pelo Sescon-MS em parceria com o CRC-MS. Em junho, foi comemorada a 1ª festa junina promovida com pelo sindicato e pelo conselho.

Também em junho, juntamente com a Fenacon, o Sescon promoveu o encontro com tema "Vamos falar de Certificados Digitais". A terceira grande atividade desenvolvida pela união foi o "IX Encontro Estadual de Contabilidade de Mato Grosso do Sul", que aconteceu no dia 15 de julho em Campo Grande. O evento foi realizado em parceria, também, com a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), e é o único do país que atende assuntos referentes à contabilidade rural.

Outro que merece destaque é o início dos atendimentos na "Sala do Empresário Contábil, Contador Denizard da Silveira Campos Filho", em Campo Gran-

de. De acordo com o presidente do Sescon-MS, Ruberlei Bulgarelli, o espaço é de extrema importância, pois, é reivindicação antiga da categoria. ■

Foto: Divulgação



Presidente do CRC-MS, Alcyr Moreira Fernandes e Presidente do Sescon-MS, Ruberlei Bulgarelli

REGIÃO SUL

Sescon-Grande Florianópolis

Sindicato é homenageado em Santa Catarina

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por meio do deputado Renato Hinnig realizou sessão solene em homenagem aos 20 anos do Sescon Grande Florianópolis. Durante o evento, realizado em 5 de junho, todos os presidentes que passaram pelo Sescon foram agraciados com uma comenda.



Foto: Divulgação

Presidente do Sescon-GF, Augusto Marquart Neto, entrega comenda dos 20 anos ao Deputado Renato Hinnig

As homenagens também se estenderam ao deputado Renato Hinnig, representante da classe contábil no poder público, ao presidente da Fenacon – Valdir Pietrobon, a José Carlos de Souza – presidente do Núcleo de Contabilistas do Vale do Rio Tijucas, representando todos os Núcleos de Contabilistas; a Sérgio Soncini – representando os Associados do Sescon Grande Florianópolis; Sérgio Faraco – presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina; Spyros Diamantaras – Sebrae SC, representando todas as entidades parceiras do Sescon Grande Florianópolis. Presidentes de Sescons de vários Estados também prestigiaram o evento.

“Este momento foi muito oportuno para homenagear aqueles que há 20 anos tiveram a coragem e a ousadia de criar esta entidade. Profissionais unidos por uma série de propósitos que permanecem atuais, como a valorização das empresas de serviços contábeis, o intercâmbio com outras entidades afins, a defesa do interesse da classe e a integração de seus associados”, enfatizou o Presidente do Sescon GF, Augusto Marquart Neto. ■

Sescon-Santa Catarina

Eventos apresentam vantagens da Certificação Digital



Foto: Divulgação

Após a assinatura do Acordo de Cooperação para a Certificação Digital com a Fenacon, o Sescon-Santa Catarina, em parceria com as entidades que representam a classe contábil catarinense, adotou a estratégia dos *Cafés da Manhã com Contadores e Empresas Contábeis*.

Nesses cafés são apresentadas as vantagens da Certificação Digital e seu campo de aplicação para os empresários da contabilidade. Com o apoio dos Sindicatos, Fecontesc e CRC-SC um número expressivo de profissionais compareceu aos eventos realizados em Joinville, Jaraguá do Sul, Balneário Camboriú e Itajaí. ■

Cafés da manhã realizados nas cidades catarinenses

Sescon-Blumenau

Reunião com deputado Cláudio Vignatti

O presidente do Sescon Blumenau, Leomir Minozzo, participou de reunião com o pelo presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, deputado federal Cláudio Vignatti (PT-SC). O objetivo do encontro foi discutir a aprovação do Projeto de Lei Complementar – PLP 02/07 que altera a Lei Geral.

Segundo o presidente do sindicato, a aproximação com o deputado faz parte de um plano de ações que busca garantir ao setor contábil a redução a inclusão no Anexo III do Supersimples.

Vignatti discute com representantes do setor temas de interesse comum

Vignatti afirmou que o, que promove ajustes no Supersimples, será o primeiro a ser apreciado no plenário da Câmara de Deputados assim que destrar a pauta de votação. ■

Foto: Divulgação



Sescap-Paraná

Seminário *O empresário e a política*

O ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes e a cientista política Lúcia Hippólito são os convidados do Sescap Paraná para participarem como palestrantes do seminário *O empresário e a política*, que ocorre dia 24 de julho, no Embratel Convention Center, em Curitiba.

Na primeira palestra, que começará às 14 horas, Ciro Gomes abordará o tema *A conjuntura político-econômica do Brasil e as perspectivas do setor de serviços*. Às 16 horas, Lúcia Hippólito, que é comentarista política da Rádio CBN, do UOLnews e da Globonews, enfocará *O cenário político brasileiro*, com abordagem sobre os possíveis cenários para as eleições de 2010; os principais entraves políticos para o desenvolvimento e, ainda, os gargalos que impedem o crescimento.

O evento faz parte de programação alusiva ao 20º aniversário do Sescap-PR, que será comemorado

em setembro. De acordo com o presidente do sindicato, Mário Elmir Berti, o seminário será uma boa oportunidade para o empresário conhecer um pouco mais sobre os bastidores e as perspectivas da economia e da política nacional, principalmente nesse momento de efervescência política, que está começando, com as eleições. “Os convidados são intelectuais de peso no cenário nacional e poderão dar grande contribuição aos participantes”, afirma Berti. ■

Foto: Divulgação



Ciro Gomes e Lúcia Hippólito

APOIO
GAZETA DO POVO

REALIZAÇÃO
SESCAP PR

APOIO
CBN 90.1 FM
A rádio que toca música

Comportamento em eventos de negócios

Da Redação

As regras de etiqueta são sempre bem-vindas em nosso dia-a-dia, principalmente no trabalho ou quando participamos de eventos profissionais. Comportar-se de forma correta em reuniões, congressos, seminários, feiras ou até jantares de negócio são atributos que fortalecem e solidificam nossa moral, personalidade e integridade cultural.

Causar uma boa impressão em eventos assim reflete positivamente dentro e fora da empresa na qual trabalhamos, na qualidade de vida dos colaboradores como seres humanos e profissionais, além de nos abrir portas para novas oportunidades de negócios.

Participar de cursos, seminários, simpósios, palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, sejam eles técnicos, sejam humanos, contribuem no engrandecimento pessoal e na própria ascensão profissional, no entanto, é necessário saber se comportar com sabedoria, discrição e dignidade.

Seguem algumas dicas importantes para quem participa desses eventos:

- A pontualidade é uma forma de respeito ao evento, aos convidados e ao palestrante. Hábito não muito comum entre a maioria das pessoas em eventos e solenidades sociais e profissionais, a pontualidade é cortesia de reis. É desgastante para quem se apresenta em público iniciar uma palestra, conferência ou reunião com atraso devido à impontualidade de muitos, ou da maioria.
- Para palestrantes é imprescindível comparecer com trajés adequados. A roupa tem forte poder de influência nos nossos relacionamentos sociais e profissionais. Vestir-se de forma consciente, harmoniosa e equilibrada continua sendo o segredo das pessoas bem-sucedidas e elegantes.
- Mantenha uma boa postura na cadeira em que se encontra sentado, tente expressar carisma e envie uma vibração positiva para quem fala em público.
- No momento solene de hastear a bandeira, assim como de cantar o hino nacional, seja patriota. Não é necessário cantar em voz alta e colocar a mão no peito. Naturalidade e espontaneidade devem fazer parte desse momento.
- Independentemente do grau de conhecimento acerca de determinado assunto abordado, caso seja palestrante em um evento, procure sempre saber quem vai estar presente na ocasião. É uma forma de direcionar o discurso a ser feito.
- Evite conversas paralelas. Nada pior para quem palestra do que pessoas que cochicham e conversam entre si, dispersando a atenção de muitos participantes e do próprio palestrante. Aguarde o momento oportuno para suas considerações, observações, colocações ou perguntas.
- Desligue o celular! Irrita quem tem a palavra e, principalmente, quem é obrigado a ouvir não somente o aparelho tocando, como a própria conversa de quem o atende e se esquece de que está num evento, e não na sala de sua casa.

Foto: Divulgação



Sugestões pelo e-mail: comunica@fenacon.org.br



Resiliência - A transformação como ferramenta para construir

Autor: **Eduardo Carmello** Editora: **Gente**

Neste livro são discutidas duas formas de transformação organizacional consistentes. A primeira mostra como executivos podem engajar talentos para produzir mudanças valorosas para a empresa. Já a segunda diz respeito às posturas individuais necessárias que um líder deve ter para construir seu sucesso.

Segundo o autor, uma pessoa ou empresa resiliente é aquela que promove as transformações necessárias para alcançar seus objetivos e propósitos mais nobres. Ser protagonista em situações difíceis traz para quem exercita a resiliência a sensação de confiança e evolução quando se busca um constante aperfeiçoamento de suas competências.

Contabilidade Introdutória - Descomplicada

Autor: **June Alisson W. Cruz, Carlos Ubiratan C. Schier e Emir G. Andrich**
 Editora: **Juruá Editora**

Esse livro foi concebido com o intuito de facilitar o acesso aos temas e conceitos da disciplina de Contabilidade Básica, ofertada em todos os cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas. Trata-se de um manual escrito em linguagem acessível, repleto de recursos visuais e – o que é mais importante – ideal para ser trabalhado no período exato de um semestre letivo.

Contabilidade Introdutória Descomplicada inova ao apresentar o registro dos fatos contábeis através de setas direcionadoras, facilitando o acompanhamento do fluxo de lançamentos pelo leitor.



CHARGE



SESCAP - ACRE

Presidente: **José Mauricio Batista do Prado**
 End.: Av. Getúlio Vargas, 2.134, Sls. 208/9, Bosque
 CEP: 69908-650 - Rio Branco/AC - Tel.: (68) 3223-5394
 mauricioprado@orgconprado.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - ALAGOAS

Presidente: **Milene Rocha da Silva**
 End.: Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 42
 Ed. Breda, 10º andar, Sl. 1001 e 1002 - Centro
 CEP: 57020-902 - Maceió/AL - Tel.: (82)3223-6496
 sescap.al@hotmail.com - **Cód. Sindical: 002.365.89638-8**

SESCAP - AMAPÁ

Presidente: **Márcio Lélio P. do Nascimento**
 End.: Rua Beira Rio, 248, Sl. E e H - Santa Inês
 CEP: 68901-470 - Macapá/AP - Tel.: (96) 3217-4269
 sescap_ap@hotmail.com - www.sescapap.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - AMAZONAS

Presidente: **José Luiz Silva**
 End.: Rua Ramos Ferreira, 664 A, Centro - Próx. Praça da Saudade
 CEP: 69010-120 - Manaus/AM - Tel.: (92) 3233-1803
 sescanam@vivax.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.91072-0**

SESCAP - BAHIA

Presidente: **Dorywillians Botelho de Azevedo**
 End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573, Sl. 1.205/6
 Ed. Royal Trade, Candeal de Brotas - CEP: 40289-900
 Salvador/BA - Tel.: (71) 3452-4082
 sescapba@sescapbahia.org.br - www.sescapbahia.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - BAIXADA SANTISTA

Presidente: **Arioaldo Feliciano**
 End.: Av. Conselheiro Nébias, 592, Boqueirão
 CEP: 11045-002 - Santos/SP - Tel.: (13) 3222-4839
 sescconbs@sescconbs.org.br - www.sescconbs.org.br
Cód. Sindical: 002.365.97194-0

SESCON - BLUMENAU

Presidente: **Leomir Antonio Minozzo**
 End.: Rua 15 de Novembro, 759, Ed. Hering, Shopping H,
 4º andar, Sl. 403 a 405 - CEP: 89010-902 - Blumenau/SC
 Tel.: (47) 3326-0236, sescconblumenau@sescconblumenau.org.br
 www.sescconblumenau.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.89502-0**

SESCON - CAMPINAS

Presidente: **José Homero Adabo**
 End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, Sl. 21/22,
 Ed. Sada Jorge, Centro - CEP: 13015-201 - Campinas/SP
 Tel.: (19) 3239-1845 - sescconcampinas@uol.com.br
 www.sescconcampinas.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.97193-2**

SESCAP - CAMPOS GERAIS

Presidente: **Aguinaldo Mocelin**
 End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º andar, Sl. 67/68,
 Ed. Dr. Elyseu - CEP: 84010-020 - Ponta Grossa/PR
 Tel.: (42) 3028-1096 - sescconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

SESCAP - CEARÁ

Presidente: **Cassius Regis Antunes Coelho**
 End.: Av. Washington Soares, 1.400, Sl. 401, Edson
 Queiróz - CEP: 60811-341 - Fortaleza/CE
 Tel.: (85) 3273-5083 - sescapce@sescapce.org.br
 www.sescapce.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88157-7**

SESCON - DISTRITO FEDERAL

Presidente: **Simone da Costa Fernandes**
 End.: SHCS CR, Qd. 504, Bl. C, Subsolo, Lj. 60/64,
 Asa Sul, Entrada W2 - CEP: 70331-535 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3226-1269 - sesccondf@sesccondf.org.br
 www.sesccondf.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.04303-2**

SESCON - ESPÍRITO SANTO

Presidente: **Jacinto Soella Ferrighetto**
 End.: Av. Princesa Isabel, 15, 11º andar - Ed. Martinho de
 Freitas - Sl. 1105/11 - Centro - CEP: 29010-361 - Vitória/ES
 Tel.: (27) 3223-4936 - sesccon@sescon-es.org.br
 www.sesccon-es.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.04904-9**

SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Presidente: **Augusto Marquart Neto**
 End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Ed. Dias Velho,
 Centro - CEP: 88010-903 Florianópolis/SC
 Tel.: (48) 3222-1409 - sesccon@sescconfloripa.org.br
 www.sescconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCON - GOIÁS

Presidente: **Edson Cândido Pinto**
 End.: Rua 107, nº 23, Qd. F22, Lote 03 - Setor Sul
 CEP: 74.085-060 - Goiânia/GO - Tel.: (62) 3241-0023/3091-5051
 sesccongoias@sesccongoias.org.br
 www.sesccongoias.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.05474-3**

SESCAP - LDA

Presidente: **José Joaquim Martins Ribeiro**
 End.: Rua Senador Souza Naves, 289, Sobreloja,
 Ed. Euclides Machado - CEP: 86010-914 - Londrina/PR
 Tel.: (43) 3329-3473 - sescaplrd@sescaplrd.com.br
 www.sescaplrd.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.90169-1**

SESCAP - MARANHÃO

Presidente: **Gilberto Alves Ribeiro**
 End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Sl. 201,
 Retorno do Calhau, Casa do Trabalhador - CEP: 65074-220
 São Luís/MA - Tel.: (98) 3236-1402
 sescapma@sescapma.org.br - www.sescapma.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - MATO GROSSO

Presidente: **Moacyr Rosa Coelho**
 End.: Rua Hollywood, 552, Jardim Califórnia,
 CEP: 78070-345 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3634-8371
 sescconmt@terra.com.br - www.sesccon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Presidente: **Ruberlei Bulgarelli**
 End.: Rua Maracaju, 13, Sl. 01 (esquina com a Avenida
 Presidente Ernesto Geisel) - CEP: 79002-214
 Campo Grande/MS - Tel.: (67) 3029-6094
 sescconms@sescconms.org.br - www.sescconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - MINAS GERAIS

Presidente: **Luciano Alves de Almeida**
 End.: Av. Afonso Pena, 748, 24º andar, Centro
 CEP: 30130-003 - Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3273-7353
 sescconmg@sesccon-mg.com.br - www.sesccon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - PARÁ

Presidente: **Paulo Otávio Bastos Baker**
 End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar, Sl. 01,
 Ed. Selecto, Campina - CEP: 66017-000 - Belém/PA
 Tel.: (91) 3212-2558 - sescconpa@nautilus.com.br
 www.sesccon-pa.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.90145-4**

SESCON - PARAÍBA

Presidente: **José Roberto Gomes Cavalcanti**
 Av. Dom Carlos de Gouveia Coelho, 335, Sl. 102,
 Trinchiras - CEP: 58011-030 - João Pessoa/PB
 Tel.: (83) 3048-4243 - sesccon.paraiba@gmail.com
 www.fenacon.org.br/sesccon-pb - **Cód. Sindical: 002.365.90755-0**

SESCAP - PARANÁ

Presidente: **Mário Elmir Berti**
 End.: Rua Marechal Deodoro, 500, 11º andar,
 Edifício Império, Centro - CEP: 80010-911 - Curitiba/PR
 Tel.: (41) 3222-8183 - sescap-pr@sescap-pr.org.br
 www.sescap-pr.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88248-4**

SESCAP - PERNAMBUCO

Presidente: **José Félix de Souza Júnior**
 End.: Rua José Aderval Chaves, 78, 4º andar,
 Sls. 407/8, Boa Viagem - CEP: 51111-030 - Recife/PE
 Tel.: (81) 3327-6324 - sescap@sescappe.org.br
 www.sescappe.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88145-3**

SESCON - PIAUÍ

Presidente: **José Raulino Castelo Branco Filho**
 End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090 - Sl. 102
 Centro, Teresina/PI - CEP: 64001-300 - Tel.: (86) 3221-9557
 sesccon.pi@hotmail.com - www.sescconpiaui.org
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - RIO DE JANEIRO

Presidente: **Lindberger Augusto da Luz**
 End.: Av. Passos, 120, 7º andar, Centro
 CEP: 20051-040 - Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21) 2233-8899
 sescconrj@sesccon-rj.org.br - www.sesccon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: **Edson Oliveira da Silva**
 End.: Rua Romualdo Galvão, 986 - Lagoa Seca
 CEP 59056-100 - Natal/RN - Tel.: (84) 3201-0708
 sesccon@sescon-rn.com.br - www.sesccon-rn.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Presidente: **Luiz Carlos Bohm**
 End.: Rua Augusto Severo, 168, São João
 CEP: 90240-480 - Porto Alegre/RS - Tel.: (51) 3343-2090
 sesccon-rs@sescon-rs.com.br - www.sesccon-rs.com.br

SESCAP - RONDÔNIA

Presidente: **Ronaldo Marcelo Hella**
 End.: Rua Alexandre Guimarães, 1189
 Bairro Areal - CEP: 78916-450 - Porto Velho/RO
 Tel.: (69) 3223-7577 - sescap-ro@uol.com.br
 www.sescap-ro.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.91126-3**

SESCON - RORAIMA

Presidente: **Auxiliadora Oliveira de Araújo**
 End.: Rua Coronel Mota, 1878
 Centro - Cep: 69301-120 Boa Vista/RR
 Tel.: (95) 3624-4588 - sescconrr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - SANTA CATARINA

Presidente: **Elias Nicoletti Barth**
 End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar,
 Bloco B, Sls. 306/308 - CEP: 89201-906 - Joinville/SC
 Tel.: (47) 3433-9849 - sescconsc@sescconsc.org.br
 www.sescconsc.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.02808-4**

SESCON - SÃO PAULO

Presidente: **José Maria Chapina Alcazar**
 End.: Av. Tiradentes, 960, Luz
 CEP: 01102-000 - São Paulo/SP - Tel.: (11) 3304-4400
 sescconsp@sescon.org.br - www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCAP - SERGIPE

Presidente: **José Cícinato Vieira Mello**
 End.: Rua Urquiza Leal, 15 A 1º Andar
 Bairro Salgado - Filho CEP 49020-490 - Aracaju/SE
 Tel.: (79) 3221-5058 - sescapse@infonet.com.br
 www.sesccon-se.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.04999-5**

SESCON - SERRA GAÚCHA

Presidente: **Marco Antonio Dal Pai**
 End.: Rua Ítalo Victor Bersani, 1.134,
 Jardim América - CEP: 95050-520 - Caxias do Sul/RS
 Tel.: (54) 3222-7831 - executivo@sescconcx.com.br
 www.sescconcx.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.87490-2**

SESCON - SUL FLUMINENSE

Presidente: **William de Paiva Motta**
 End.: Rua Orozimbo Ribeiro, 14 - 2º andar,
 Centro - Barra Mansa/RJ - CEP: 27330-420
 Tel.: (24) 3322-5627 - sescconsul@sescconsul.com.br
 www.sescconsul.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.05022-5**

SESCAP - TOCANTINS

Presidente: **Gilvane Ferreira da Silva**
 End.: Av. LO 03, Qd. 104 Sul, Lts. 01 a 10
 Salas 262/263 - C. Comercial Wilson Vaz,
 Plano Diretor Sul, - Palmas/TO - CEP: 77020-028
 Tel.: (63) 3215-2438 - sescapto@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

SESCON - TUPÁ

Presidente: **José do Carmo Bastos**
 End.: Rua Carijós, 481, Centro - CEP: 17601-010
 Tupã/SP - Tel.: (14) 3496-6820
 sescontupan@unisite.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90844-0

**Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail.
 É mais rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus
 dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.**

Adilson Barros Wanderley Adilson Cândido da Silva Adilson Cassio Ferreira Adilson Ferreira dos Santos Junior
 Admilson Silva Matos Adonis Berggren Comelato Filho Adonis Silveira Sousa Adrian Lima da Hora Filho
 Aline Mayumi Sato Aline Moraes Polizeli Aline Mota de Souza Aline Oliveira Beffa Aline Oliveira Santos Aline
 Pacheco Pelucio Andrea Neves Rafael Andrea Oliveira Alves Andrea Prendalia Harabari Andrea Queiroz
 Kavakami Andrea Romão Leite Andrea Sayuri Egima Andrea Sayuri Matsunaga Andrea Schiavinato
 Augusto Anissa Rahnamaye Rabbani Anita Fabbri Anita Gea Martinez Stefani Anita Presser Bertelli Ana
 Carolina de Jesus B Helvany Ana Carolina Ferreira Cosenza Anna Carolina Ferreira Lima Ana Carolina
 Pompermayer Coradelli Arthur Guimarães Fonseca Arthur Henrique Coppola Rupp Artur Eustachio Voltolini
 Artur Favaro Mei Artur Henrique Ferreira da Nóbrega Artur Junqueira Lascala Augusto Takerissa Nishimura
 Augusto Vinicius Gonçalves Cardoso Aurélio Macedo Debiuzzi Austreia Magalhães Cândido da Silva Ayanne
 de Oliveira Maciel Bárbara Bianca Gerbelli Bárbara Boretti Galizoni Bárbara Bruno Bárbara C. de Moraes
 Carleti Caio Zarino Jorge Alves Caique de Souza Neiva Caique Turano Angelieri Caire Delfino dos Santos
 Calebe Simões Santos Camila Albertoni Faganello Camila Amaral Souza Camila Amorim Catalan Carina
 Varanese Carine de Godoi Rezende Costa Carine Moreira de Jesus Carita Ferrari Negromonte Carla
 Alessandra Lopes da Silva Carla Banci Cole Carla Bargas Ferracini Carla Bonetti Madelaire Cauê Liscia Leonel
 Cauê Tui Guedes Cunha Cayo Cândido Rosa Cecília Bellesa Lobo Cecília Lima Daniel Zamudio Igami
 Daniel Zonneveld Coltro Daniela Afonso Ortega Daniela Akemi Siroma Daniela Albini Pinheiro Daniela
 Alves Monchero Danielle Ponchio Camillo Danielle Saad Nemer Danielle Yumi Nakasone Danielly
 Mascarenhas de Lima Danillo de França Brito Danillo Lopes de Andrade Danilo Augusto Trotta Danilo
 Azem Deborah Regina Zornoff Deborah Secundo de Melo Deise da Rocha Ramos Deise Satie Matsubara
 Deivid Lucas dos Santos Migueleti Delpho Albarella Neto Delson Baldin Meira Demétrio Lorenzo Rodrigues
 Denilson Luiz da Silva Mendes Denilson Rodrigues Batista Denis Barbosa Diego Vinicius Richene Silva
 Diego Zanchi Berciano Sanjurjo Dilson Koji Sayama Dimas Carlos Deghi Leme Dimas Naoki Furuno Dinjo
 Mizumukai Neto Diógenes Henrique de Castro Diógenes Santos Messias Diogo Akio Kumagai Hashimoto
 Edivaldo Julio Zanoli Edmilson Belo de Lima Soares Edmur Santana da Silva Ednei Rodrigues de Oliveira
 Edson Bastos da Silva Edson Cardoso Rocha Edson Francisco de Farias Silva Edson Ryuiti Katayama Edson
 Yoshimitsu Shimabuko Eduardo Akio Shoji Eduardo Alcântara Quidigno Eduardo Altheman Camargo Santos
 Edvaldo Rodrigo Silva Edvalson Moreira Firmino Júnior Edward Ostermayer Schaden Edwin Nicolaas Asberg
 Edy Yukio Watanabe Efeso Soares Grigio Eglelson Tao de Alencar Egli Cordelini de Oliveira Elaine dos
 Santos Elaine Côrrea Daubermann Elaine Cristina Bomfim Fabíola Pereira Rosa Fabíola Sarti Fujita
 Fabriano Soares Nunes Fabrícia Basílio Resende Fabrícia Fabiana Moraes Fabrício Augusto de Sousa
 Nascimento Fabrício D'Angelo Fabrício de Souza Silva Fabrício Henricco Chagas Bastos Fabrício Menezes
 Spano Fabrizio Ruiz Munhoz Lavrador Facundo Daniel Maiztegui Carrera Fadil Lira Dias Fares Ferreira
 Pessoa Fátima Regina Dudalski Felip Busquets Felipe Afonso Ortega Felipe Alberto Augusto Felipe
 Alberto Dantas Gilberto Rodrigues Silva Glauber Marues de Oliveira Henrique Gomes de Sá Igor Silva de
 Mattos Itamar da Silva Freitas João Augusto Aragão Joel Brito de Lima José da Silva e Albuquerque Karen
 Lima F da Silva Lucas de Souza Maria Carolina de Oliveira Maria Auxiliadora Ramos Mário Lima Gregório
 Michelle F Oliveira Noel Mendes da Costa Otávio Macedo Paulo Eduardo Gomes Pedro Muniz Moreira
 Renato Gomes Carvalho Renato Bastos Ortega Ricardo L. Copolla Sabrina Motta Stock Sandro Silva...

Nosso muito obrigado aos mais de 450 colaboradores que pelo
 2º ano consecutivo nos colocou entre as 50 melhores empresas
 do segmento TI & Telecom para se trabalhar no Brasil.



0800-704-1418
www.alterdata.com.br

SINTEGRA



SMALL



ERP

SPEED



**A Prosoft está inovando
mais uma vez.**

**O mercado corporativo seja ele
pequeno, médio ou grande
vai ganhar soluções geniais .**

Aguarde.



0800 551037

www.prosoft.com.br

Consulte 0800 551037 para saber qual é o distribuidor mais próximo da sua região.

- Relacionamento com clientes • Business Intelligence • Gerenciamento eletrônico de documentos • Gestão comercial e financeira
- Gerenciamento contábil e fiscal • Administração de processos • Gestão de RH • Ponto eletrônico